

*São Domingos
de Benfica*

HISTÓRIA, ARTE E PATRIMÓNIO

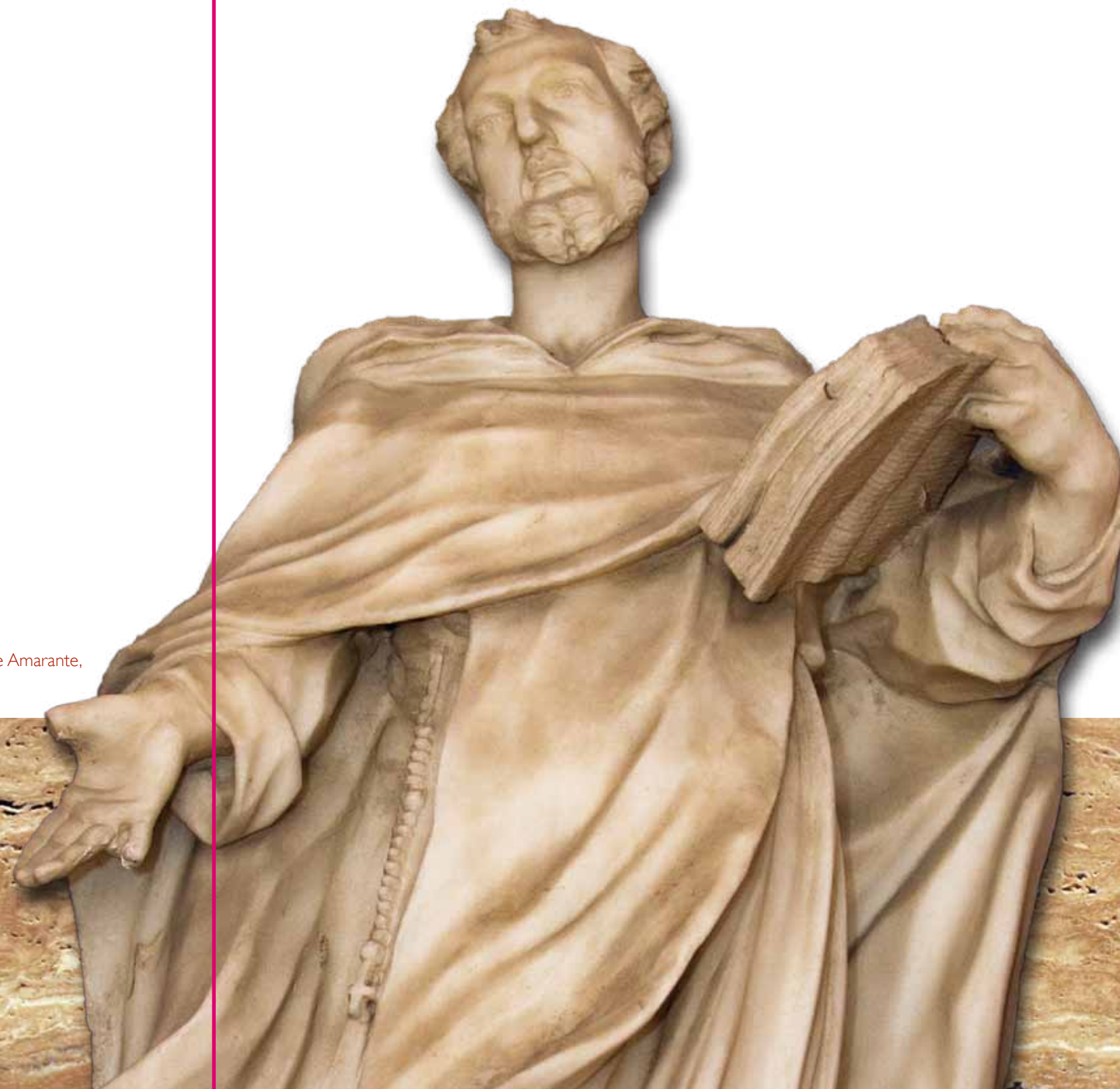
ÍNDICE

PREÂMBULO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA	11
VOGAL DO TURISMO DA JUNTA DE FREGUESIA	12
INTRODUÇÃO	15
MAPA DA FREGUESIA	16
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DA FREGUESIA	19
OS PRIMEIROS TEMPOS	21
POVOAMENTO MEDIEVAL – O CONVENTO DE SÃO DOMINGOS	22
SÉCULOS XVI A XVIII – RURALIDADE E NOBREZA	23
SÉCULOS XIX E XX – OS TRANSPORTES PÚBLICOS	25
A CRIAÇÃO DA FREGUESIA 1959	26
PATRIMÓNIO HISTÓRICO, CULTURAL E TURÍSTICO	29
ARQUITECTURA RELIGIOSA	33
IGREJA DE N.ª SR.ª DO ROSÁRIO	34
TÚMULO DO DOUTOR JOÃO DAS REGRAS	38
TÚMULO DE FREI LUIS DE SOUSA	40
CAPELA DOS CASTROS	42
CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA CONVALESCENÇA	45
PALÁCIOS E QUINTAS	49
PALÁCIO DOS MARQUESES DE FRONTEIRA	52
PALÁCIO DEVISME OU QUINTA DA INFANTA D. ISABEL MARIA	56
PALÁCIO FARROBO OU DAS LARANJEIRAS	59
PALÁCIO BEAU SÉJOUR	62
PALÁCIO – QUINTA DA ALFARROBEIRA	66

PALÁCIO – QUINTA BENSÁUDE	68
QUINTA NOVA DA CONCEIÇÃO	70
PALÁCIO – QUINTA DO LAMEIRO	72
QUINTA DAS LARANJEIRAS OU DOS CONDES DE CARIA	74
CHAFARIZES	77
CHAFARIZ DA CONVALESCENÇA	78
CHAFARIZ DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA	81
CHAFARIZ DAS LARANJEIRAS	82
BAIRRO	85
BAIRRO OPERÁRIO GRANDELLA	86
TEATRO	91
TEATRO THALIA OU DAS LARANJEIRAS	92
MUSEU	95
MUSEU DA MÚSICA	96
INSTITUIÇÕES DIVERSAS	99
JARDIM ZOOLOGICO DE LISBOA	101
SPORT LISBOA E BENFICA	104
INSTITUTOS	109
INSTITUTO DOS PUPILOS DO EXÉRCITO	111
OUTRO PATRIMÓNIO	115
ALTO DOS MOINHOS	116
ESTAÇÕES DO METROPOLITANO	118
BIBLIOGRAFIA	122



São Domingos de Gusmão – Patrono da Freguesia
Escultura situada no interior na Capela de São Gonçalo de Amarante,
na Igreja de N^ª Sr^a do Rosário



À MEDIDA QUE MUDAM
OS MEUS PENSAMENTOS,
O MUNDO À MINHA VOLTA
MUDA...



INDEPENDENTEMENTE
DE QUÃO MARAVILHOSOS
SEJA O MOMENTO
PRESENTE, O FUTURO
PODE SER AINDA MAIS
SATISFATÓRIO E ALEGRE.



INTRODUÇÃO

A Cultura e o Turismo são elementos essenciais para a afirmação de São Domingos de Benfica na Cidade de Lisboa e é por eles que editamos esta monografia “São Domingos de Benfica. História, Arte e Património.”

Poucas freguesias poderão orgulhar-se de possuir um património histórico e cultural como São Domingos de Benfica. Dotada de igrejas, palácios, quintas e jardins que se notabilizaram através dos tempos, pelo seu passado evocativo e pela sua beleza arquitectónica e decorativa, perduram como testemunhos vivos da história e da cultura que cumpre preservar, recuperar e valorizar para usufruto dos cidadãos.

Em São Domingos de Benfica, a recuperação e valorização dos locais, memórias, tradições e valores que a nossa cultura e os nossos antepassados nos legaram em herança é uma prioridade.

A defesa do património – nas suas diversas vertentes – assenta no conhecimento e na criação de uma consciência positiva relativamente ao que é de todos nós.

Conhecer e preservar os edifícios históricos tornam-nos cúmplices de séculos de história que dão significado ao nosso território.

Oferecemos assim ao leitor uma excursão pelos principais palácios, quintas, igrejas realçando algumas das muitas características de interesse decorativo e arquitectónico. Uma viagem intemporal, embora percorrida através do tempo, é o que então aqui propomos.

Tudo para que nada se perca na imensidão do tecido cultural de São Domingos de Benfica, que cada vez mais se assume como um importante segmento turístico da Cidade de Lisboa.



01



02



03



04



05



06



07



07



08



09



09



10



11



12



13



14



16



17



19



20

* Monumento Nacional

** Imóvel de Interesse Público

PATRIMÓNIO HISTÓRICO E TURÍSTICO

- 01 Bairro Grandella**
- 02 Capela dos Castros*
- 03 Chafariz das Laranjeiras**
- 04 Chafariz de S. Domingos de Benfica
- 05 Chafariz de Santo António da Convalescença**
- 06 Convento de Santo António da Convalescença
- 07 Igreja de Nossa Senhora do Rosário**
- 07 Túmulo do Dr. João das Regras *
- 08 Palácio Beau Séjour
- 09 Palácio dos Condes de Farrobo ou das Laranjeiras**
- 09 Teatro Thalia**
- 10 Palácio dos Marqueses de Fronteira*
- 11 Palácio e Quinta Bensaúde
- 12 Palácio e Quinta da Alfarrobeira**
- 13 Palácio e Quinta do Devisme ou da Infanta
- 14 Quinta Nova da Conceição (Casa de Turismo de Habitação)

CULTURA

- 15 Artesão dos soldadinhos de Chumbo
- 16 Biblioteca-Museu República e Resistência
- 17 Centro Cultural João das Regras
- 17 Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica
- 18 Gabinete de Estudos Olisiponenses
- 19 Museu da Música

ESPAÇOS VERDES

- 20 Jardim Zoológico de Lisboa
- 21 Mata de S. Domingos de Benfica
- 22 Espaço Monsanto
- 23 Parque Recreativo e Área de Merendas do Calhau
- 24 Parque Bensaúde
- 25 Jardins Beau Séjour



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DA FREGUESIA



Chafariz da Palma de Baixo - 1953



Largo da Palma de Baixo com o chafariz público que abastecia os habitantes do bairro - 2011

Com existência administrativa desde 1959, a freguesia de São Domingos de Benfica tem, no entanto, uma História antiga de muitos séculos. Marcada por sucessivas sedimentações históricas e culturais, a freguesia de São Domingos de Benfica tem um perfil próprio identificado no seu património e nas vivências sociais que interessa preservar e valorizar, na medida em que eles podem estruturar e referenciar a própria dimensão da imagem urbana e da vida contemporânea.

OS PRIMEIROS TEMPOS

Vestígios da ocupação pré-histórica têm sido encontrados em diversos pontos do território que hoje integra a freguesia de São Domingos de Benfica, estando identificadas estações arqueológicas nos Soeiros e no Moinho das Cruzes. Os planaltos basálticos de Lisboa possuem uma grande densidade de estações arqueológicas, especialmente do Paleolítico Médio.

A proximidade do rio devia fornecer de forma abundante a colheita de mariscos.

A abundância das nascentes de água indispensável ao homem devia atrair também os animais necessários para o abastecimento de carne das antigas populações.

A própria vegetação devia incitar os habitantes a procurar, para a sua instalação, os pontos favoráveis dos planaltos basálticos, de preferência aos calcários cobertos de mato espinhoso.

POVOAMENTO MEDIEVAL – O CONVENTO DE SÃO DOMINGOS

A Estação Paleolítica do Moinho das Cruzes interfere nesta problemática e está situada sobre um pequeno planalto não atingido pelas cheias e onde a vista se podia estender ao longe.

A matéria-prima para a feitura dos seus instrumentos, que juncam o solo em inesperada quantidade, seria obtida a poucas centenas de metros na direcção de Sete-Rios, ou Cascalheiras, ou na direcção de Campolide, em módulos de sílex incrustados nos calcários.

Devido à sua prolongada permanência na superfície dos afloramentos basálticos, os instrumentos paleolíticos aqui encontrados apresentam uma coloração castanha, avermelhada ou amarelada, mais ou menos pronunciada, em virtude de o sílex, à partida esbranquiçado, se comportar como uma esponja que vai embebendo os óxidos de ferro dos terrenos circundantes.

Acrescenta-se que a jazida foi descoberta no início do século pelo arqueólogo Joaquim Fontes.

Na década de 1940, Georges Zbyszewski e Henri Breuil efectuaram recolhas e publicaram os materiais arqueológicos. Na secção de arqueologia dos Serviços Geológicos de Portugal encontra-se hoje exposta a colecção estudada. Da época romana, o mais conhecido testemunho é a escultura de um Sátiro que se encontrava no Convento de São Domingos e que foi recolhida pelo Museu da Cidade.

No reinado de D. Dinis, em data que não se pode precisar, foram edificados os paços régios de Benfica. O Paço Real tornou-se quase de imediato um pólo agregador de população, ao ponto de, em 1322, o núcleo de casas ali existente já aparecer com a designação de “Benfica-a-Nova, para distinguir da antiga Benfica, estruturada em volta da Igreja de Santa Maria de Belém (depois N^a Sr^a do Amparo).

Raramente se assinala, na documentação conhecida, a presença dos soberanos nos paços de Benfica, cujo destino mudou quando D. João I, por influências de João das Regras, fez doação do terreno e casas aos frades da Ordem de S. Domingos, para ali edificarem um convento. Quis o soberano homenagear a beleza natural que então cercava o convento dominicano. Reza a lenda que o ilustre visitante exprimiu o Real agrado, afirmando: “Aqui bem-fica o convento”. E assim ficou.

SÉCULOS XVI A XVIII – RURALIDADE E NOBREZA

Esta antiga povoação era, indubitavelmente, um dos locais mais bonitos não só pela sua privilegiada situação, como pela abundância de água e arvoredo que a tornavam num dos mais deliciosos e poéticos lugares do Termo de Lisboa. Frei Luis de Sousa descreveu a zona com estas palavras: “*À huma piquena légoa da cidade, pola estrada que corre pera Sintra, pouco desviado d’ella pera a parte do Poente, fica como escondido, e furtado a comunicação da gente hu pequeno vale, que sendo naturalmente aprasível, por frescura de fontes, e arvoredo, mereceo, ao que se póde crer, o nome que tem de Bemfica.*”

O século XV assiste ao desenvolvimento do sítio de S. Domingos de Benfica e dos lugares habitados que viriam a constituir a freguesia. Ao longo da Estrada de Benfica, movimentada via desde tempos imemoriais, e agora mais frequentada pela Corte para as suas viagens a Sintra, iam-se fixando populações, processo fundamental para a definição do espaço urbano da freguesia.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, a zona do que é hoje São Domingos de Benfica começa a ser procurada por várias famílias aristocráticas que possuíam vastas extensões de terra construindo eminentes Quintas e Palácios, com extensos jardins, hortas e pomares.

Muitas destas quintas foram permanentemente ocupadas pelos seus proprietários, após o terramoto de 1755. Ao acolher os habitantes da capital em ruínas, a povoação considerada então entre as mais aprazíveis dos arredores da capital adquire já algumas características residenciais e não de mero recreio.

Vejamos o que nos diz a tal respeito o saudoso Pe Álvaro Proença, na sua obra *Benfica Através do Tempos*: “*O terramoto de 1755 que arruinou Lisboa e, aqui na freguesia apenas matou duas pessoas, abalou as paredes da igreja em construção e danificou seriamente a conventual de S. Domingos, parece que lhe acarretou sérios benefícios que ultrapassaram em muito os males causados. Dispersando os habitantes da capital, muitos nobres e burgueses vieram ocupar permanentemente as suas casas de campo que apenas usavam no verão, e muitos outros aqui vieram estabelecer-se também, dado que os homens são essencialmente gregários e obedecem cegamente às correntes migratórias, como à moda e às ideias feitas.*”

Foram vários os escritores e ilustres vultos da sociedade que sentiram um certo atractivo por este lugar, a julgar pelos seus escritos:

“Formam o centro do quadro as quintas e palácios da sereníssima senhora infanta D. Isabel Maria, dos srs Marquezes de Fronteira, e do sr. Welhouse, e a igreja e cerca do extinto convento dominicano. Para a esquerda vê-se Lisboa como que espreitando os arrabaldes do cimo dos seus montes. Para a direita é tudo verdores d’essa longa cêdea de jardins e pomares que povoam o valle de Bemfica, limitando o horisonte d’esse lado a poética serra de Cintra. Em nossa opinião não há nos subúrbios de Lisboa perspectiva mais bella, aprazível e pittoresca do que esta.”

Vilhena Barbosa
“Arquivo Pitoresco”

“A antiga e amável povoação de Bemfica, ainda que tão decaída hoje da alta importância que teve outrora no conceito, caprichoso e inconstante, da alta sociedade da capital, é, ainda assim, no seu tanto, o recantinho suburbano de Lisboa que mais aproximada ideia nos sugere do que é para Roma o prestígio de Tivoli e de Frascati. Em nenhum outro lugar de Portugal, se exceptuarmos Cintra se encontrarão reunidas em tão pequeno circuito, tão lindas, tão históricas, tão anedóticas, tão saudosas quintas, como as que encerra Bemfica (...) aninham-se, quasi que pegadas umas nas outras, n’um doce rumor de água, chapinhante nas fontes ou corredia e borbulhante na terra pingue dos jardins, dos pomares e das hortas, n’uma perenne verdura de vegetações ruraes e de vegetações de luxo, n’um vago e errante perfume, bucolico e idílico, de flôres e de fructas, a quinta dos marquezes de Abrantes, depois da Infanta D. Isabel Maria, a que foi do Lodi, a do Beau Séjour, do extinto barão da Gloria, e muitas outras...”

Ramalho Ortigão
“Guia de Portugal”

SÉCULOS XIX E XX – OS TRANSPORTES PÚBLICOS

O carácter rural deste sítio, com as ribeiras de Alcântara e da Palma, os muitos regatos (daí o genérico Sete-Rios), as hortas e quintas, os numerosos moinhos, começou a mudar paulatinamente a partir da instalação das primeiras indústrias, nos inícios do século XIX. De assinalar a fixação e o funcionamento da Fábrica de Fiação e Tinturaria da firma Barros Oliveira, da Fábrica de Malhas de José Rodrigues Coutinho, da Fábrica Martinho das Peles e da Fábrica de Cerâmica de Palma.

Alvo de um constante aumento demográfico, a área de Benfica vê chegar no século XIX os transportes públicos e uma acentuada expansão das vias de ligação ao centro da cidade.

O desenvolvimento do lugar até atingir a distinção de freguesia vai assim depender da evolução dos meios de transporte e da existência de vias de ligação ao centro da cidade, expandindo-se de cada vez que são melhoradas as suas condições de acesso.

Com a criação da Estrada de Circunvalação em 1852, e estabelecidos os novos limites da cidade, ficou São Domingos de Benfica integrada no novo concelho de Belém, e assim se manteve até à extinção dele em 1885. A criação da Estrada Militar e da via férrea Lisboa-Sintra, em 1885; a abertura das carreiras de eléctricos em 1921,

Estrada de Benfica - 1938



Estrada de Benfica,
eixo principal da Freguesia - 2011





Estrada de Benfca, junto à Travessa de
São Domingos de Benfca – 1938



Estrada de Benfca, junto à Travessa de
São Domingos de Benfca – 2011

depois dos autocarros e, mais tarde, em 1959, o alargamento do Metropolitano até Sete-Rios, tornaram a área da freguesia cada vez mais procurada e mais povoada. Cinturada por três grandes vias de acesso ao centro da cidade – Av. Conde de Almoater, Estrada da Luz e Estrada de Benfca – é uma zona de óbvias contradições, com os defeitos e as virtudes próprias de quem atravessa uma fase de crescimento e expansão. Como motivo particular e de interesse desta freguesia de Lisboa, saliente-se o contraste entre duas situações distintas: a imagem da cidade, a norte, que avança sobre os seus subúrbios, numa urbanização algo desenfreada e, a marca do passado, a sul, traduzida num conjunto que constitui, sem dúvida, um dos poucos vestígios dos arredores da antiga cidade.

A CRIAÇÃO DA FREGUESIA 1959

As fronteiras administrativas da freguesia de São Domingos de Benfca, tal como hoje as conhecemos, foram delimitadas em conformidade com o Decreto-Lei nº, 42, de 7 de Fevereiro de 1959, publicado na I Série do “Diário do Governo”. O referido documento legal justificava a extinção e a criação de novas freguesias em Lisboa. Um breve relançar de olhos pelo mapa das freguesias da cidade era suficiente para verificar o contraste entre as pequenas freguesias que se acumulavam numerosas no centro da cidade e as extensas freguesias da periferia. Se o carácter rural que apresentavam inicialmente justificava tamanhas áreas, a urbanização progressiva nelas verificada impunha o seu desmembramento.

Assim, para além dos factores de ordem demográfica, geográfica e de transformação urbanística, o crescimento da cidade foi, em última análise, a principal causa da necessidade de rever totalmente a sua divisão administrativa. Esta necessidade foi igualmente sentida pelas autoridades eclesásticas, que criaram novas paróquias religiosas e reajustaram os limites de outras antigas. Por isso deixou de haver correspondência entre a divisão civil e eclesiástica, quer no que diz respeito ao número de freguesias e paróquias, quer no respeitante às delimitações. A reforma que então se fez foi a mais profunda de quantas alteraram a fisionomia paroquial de Lisboa. Por ela se suprimiram duas freguesias do centro da cidade, se criaram doze novas freguesias e se ajustaram os limites das restantes quarenta e uma. A Cidade de Lisboa via aumentar nesta data o número das suas freguesias para um total de cinquenta e três, divididas por quatro Bairros Administrativos. São Domingos de Benfca integrava-se então no terceiro. Com uma população de 33.678 habitantes, dos quais 30.165 são eleitores recenseados, e com uma área de 4.296 km², São Domingos de Benfca é hoje a 5ª freguesia entre as 53 da cidade de Lisboa e confina com as freguesias de Benfca, Carnide, Campolide, Campo Grande e Nª Srª de Fátima. Actualmente, São Domingos de Benfca é um vasto aglomerado urbano e populacional que ocupa uma larga área que se estende de Sete-Rios em direcção a Benfca e da base de Monsanto e oeste, galgando a encosta a caminho da Luz e das Laranjeiras. Assenta, assim, na área central de Lisboa, onde se consolida como núcleo funcional da Cidade.

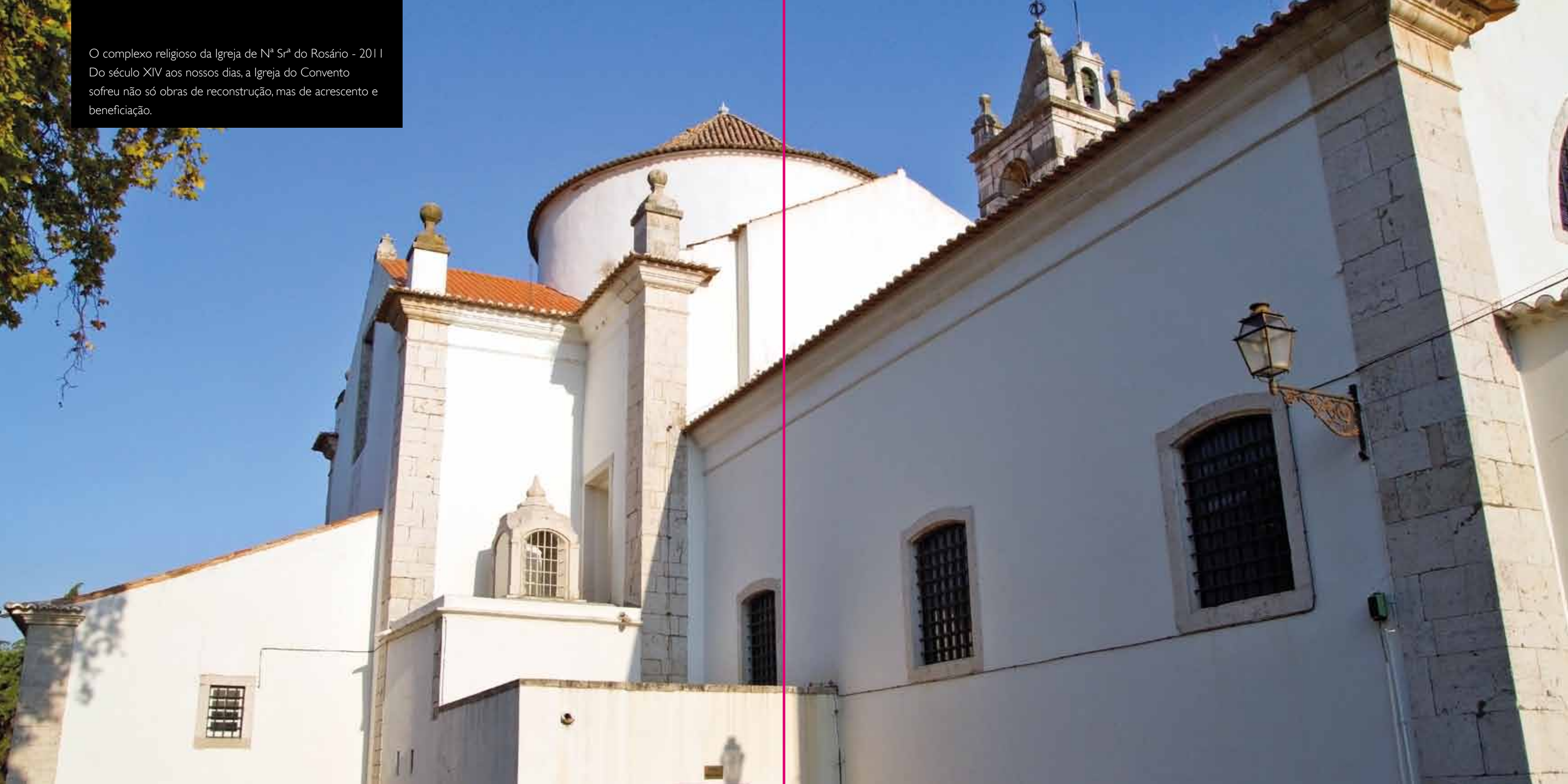
Portal da Igreja de Nª Srª do Rosário



Brasão da
Província
Portuguesa
dos Irmãos
Pregadores
Dominicanos

PATRIMÓNIO
HISTÓRICO, CULTURAL
E TURÍSTICO

O complexo religioso da Igreja de N^a Sr^a do Rosário - 2011
Do século XIV aos nossos dias, a Igreja do Convento
sofreu não só obras de reconstrução, mas de acrescento e
beneficiação.



ARQUITECTURA RELIGIOSA



IGREJA DE N.ª SR.ª DO ROSÁRIO

Em 22 Maio de 1399, El-Rei D. João I doou à Ordem Dominicana a casa e terrenos que herdara de seu avô D. Dinis, no local de Benfica, para aí edificarem um convento.

Esta doação ficou a dever-se às influências de D. João das Regras e do Fr. Vicente de Lisboa, confessor do Rei, isto mesmo podemos ler numa lápide na antiga portaria do Convento.

Em 1404, quando João das Regras faleceu, a Igreja não “era mais, que hum pequeno Oratório”, como diz o cronista: “A igreja em seus princípios foi fabrica de pouca substância, acrescentou-se correndo os annos, mas como obra feita a pedaços, e com defeitos claros de architectura envelheceo depressa, e chegou a ameassar ruina no tempo que isto escreviamos. O que obrigou os Frades a redifical-a de proposito, e com tanto animo, sendo os tempos assaz apertados, que o que já hoje esta feito, mostra que será obra perfeitissima, sendo acabada.”

Em 29 de Junho de 1624, festa de S. Pedro e S. Paulo, após a demolição total da primitiva Igreja e sob orientação do prior do Convento, Frei João de Vasconcelos, lançou-se a primeira pedra do Templo actual.

Um século depois, todo o conjunto foi bastante atingido pelo terramoto de 1755, mas a teimosia e a devoção dos frades de novo tudo ergueram.

Anjo de remate na Igreja de N.ª Sr.ª do Rosário
Os cunhais da Igreja rematam-se em dois barrocos e elegantes anjos de pedra

Com a expulsão das Ordens Religiosas, em 1834, o Convento foi finalmente extinto e a Igreja passou por muitas vicissitudes estando fechada ao culto por diversas vezes.

No dia 3 de Abril de 1904, dia de Páscoa, reabriu ao público, após várias obras orientadas pelo Arquitecto Nepomuceno.

Depois de 1910, caíria no esquecimento completo se não fora a boa vontade dos homens da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

A Igreja foi classificada como Imóvel de interesse Público, por decreto de 25 de Junho de 1933.

Em 1959 iniciou-se nova era com a erecção da Paróquia de S. Domingos de Benfica tornando-se assim a Igreja Matriz, mas depois disso as suas infra-estruturas entraram em degradação acentuada.

No dia 2 de Julho de 1979, D. António Ribeiro, Cardeal Patriarca de Lisboa, cedeu ao Vicariato Castrense para utilização da Força Aérea Portuguesa a Igreja e iniciaram-se as obras de restauro desta magnífica jóia Renascentista.

Ultrapassando a porta principal do Templo, verificamos que a planta interior é em forma de cruz latina. O Altar-Mor é constituído por um bloco de mármore de impressionante singeleza, enquadrado por um magestoso arco de triunfo de talha que revela todas as características do velho estilo lisboeta quinhentista, ao lado das naturais inovações do século XVII.

Quando olhamos o Altar-Mor logo nos chama a atenção o Sacrário monumental, não tanto pelo tamanho, mas pela riqueza que encerra.



Tela colocada na Nave da Igreja de N.ª Sr.ª do Rosário.
Nossa Senhora e Menino entregam o Rosário a São Domingos.



Situada do lado direito do transepto, a Capela de S. Gonçalo de Amarante foi mandada construir, no ano do Senhor de 1685 por Fr. Manuel Pereira, bispo no Brasil.

É toda ela construída em finos jaspes de várias cores, com planta oitavada, coberta por uma abódada em caixotões. Chama-nos a atenção a bela estátua de S. Gonçalo de Amarante emoldurada por colunas salomónicas de fina pedra da Arrábida e as encantadoras estatuetas de mármore de Carrara e vindas de Itália, representam: Nossa Senhora, S. Domingos, S. Tomaz de Aquino, S. José, Stª Apolonia, S. Filipe, S. João de Deus e Stª Teresa.

Tem esta Igreja várias imagens de grande valor. A de Nª Srª do Rosário e a de Jesus Crucificado são obras de Manuel Pereira, natural do Porto, mas residente na corte de Madrid. Foi o maior escultor do seu tempo (1588-1683). A maioria das suas obras encontram-se em Espanha. Estas duas são, fora de dúvida, saídas das suas mãos e é de crer que, também, o sejam as de S. Domingos e S. Pedro Martir, do Altar-Mor.

O Coro do Frades é uma verdadeira preciosidade. O cadeiral é em forma de U e faz parte do grande conjunto de talha incluindo o retábulo da Capela-Mor que data de cerca de 1630. As pinturas são de André Gonçalves, pintor, gravador e azulegista do século XVIII (1692-1762). As telas (algumas em mau estado) representam a vida de Nossa Senhora e são intercaladas por imponentes anjos como que fazendo guarda à Virgem.

▲ O interior da Igreja de Nª Srª do Rosário, vendo-se o Altar-Mor com o Sacrário

◆ Escultura de São Domingos de Gusmão na Igreja de Nª Srª do Rosário

O órgão é uma preciosidade à qual não houve receio de se deitar mão no ano de 1981, para o salvar da ruína total.

Quem entra neste Templo pela porta principal, à primeira vista e olhando só para os altares laterais, pode julgar que está numa pobre e mal tratada Igreja, mas ao chegar ao cruzeiro fica perplexo. Os painéis de azulejos que revestem por completo este recinto são excelentes e assinados por António Oliveira Bernardes. Nas paredes da Capela-Mor os painéis estão divididos em três ordens: do lado direito, temos na parte de cima S. Tomás de Aquino, no meio Nossa Senhora e o Menino aparecendo a S. Domingos de Gusmão.

No lado esquerdo podemos ver S. Boaventura e o Êxtase de S. Francisco de Assis. No lado direito do transepto os painéis representam temas da vida dominicana. No lado do evangelho os temas são extraídos das lendas das relações fraternas entre Franciscanos e Dominicanos.

Do conjunto dos túmulos desta Igreja, merece particular destaque, para o além do túmulo de João das Regras, do qual nos ocuparemos mais adiante, o túmulo de Frei Luis de Sousa, entre outros de assinalável importância.



Painéis de Azulejo da autoria de António de Oliveira Bernardes, na Igreja de Nª Srª do Rosário

TÚMULO DO DOUTOR JOÃO DAS REGRAS

O Doutor João das Regras foi personalidade de inegável significado na sua época. Primeiro- Ministro de D. João I e chanceler- mor do reino, legislador e cavaleiro, a sua acção exerceu-se em todos os campos e em nenhum deles, a grandeza do seu nome sofreu menor diminuição. Foi o célebre e patriótico jurisconsulto quem desempenhou importante papel no levantamento popular de apoio a D. João, conduzindo com superior domínio as Cortes de Coimbra, abrindo assim os caminhos legais para a ascensão do Mestre de Aviz à realeza. Descendente de uma antiga ilustre família, João das Regras nasceu em Lisboa, sendo incerta a data do seu nascimento e morreu a 3 de Maio de 1442.

Aregas ou Regras? Esta dúvida tem dado lugar a discussões, dividindo-se os historiadores sobre a rigorosa realidade do apelido. É certo porém que Regras era naqueles tempos, indicativo da qualidade de legista ou de magistrado e que os reis

outorgavam por vezes, tal apelido a alguns homens que se distinguiram no exercício da Justiça. Tendo estudado Direito na Universidade de Bolonha, ali recebeu o grau de doutor em leis, regressando ao reino no ano de 1382.

Foi ele um dos que mais contribuiu para que nos códigos portugueses, começados a compilar por D. João I, predominasse a legislação romana. Foi ainda nomeado Protector da Universidade de Lisboa, aliás, o primeiro homem a ser promovido nesse cargo.

O Doutor João das Regras escolheu o Convento de São Domingos de Benfica para local da sua sepultura.

O seu túmulo que teria estado inicialmente no adro da Igreja, junto da porta, foi transportado para o coro

dos frades no início do século XX. Descansa sobre quatro leões, deitado sobre duas almofadas envergando o traje profissional de doutor em leis. Uma toga negra e larga, de vastas pregas, até aos pés, abotoada no peitilho até à garganta e com uma faixa na cintura. Na cabeça, um barrete em forma de solideo. A mão direita aperta um livro sobre o peito e a mão esquerda empunha um rolo. À sua esquerda uma espada com bainha lavrada como cavaleiro e os pés firmados sobre um cão, símbolo de fidelidade. Nas faces da urna estão esculpidos os escudos das suas armas e no grosso da campa, ao redor de toda a sepultura, em letras góticas o seguinte epitáfio: Aqi:

jaz: joan: daregas: cavaleiro: doutor:
em: leis: privado: del rei: Dom: Joan:
fundador: deste: moesteiro: finou: III:
dias: de: maio: Era: M III. XL: II: ans:
O Túmulo de João das Regras foi considerado Monumento Nacional por Decreto de 16 de Junho de 1910.

Face da urna onde estão esculpidos
os escudos das armas do
Doutor João das Regras



Túmulo do
Doutor João das
Regras, na Igreja
de N.ª Sr.ª do
Rosário



Coro dos Frades, onde se localiza o túmulo
do Dr. João das Regras, na Igreja de
N.ª Sr.ª do Rosário

TÚMULO DE FREI LUIS DE SOUSA

Manuel de Sousa Coutinho, assim era o seu verdadeiro nome, nasceu em Santa-rém, cerca de 1555, e era filho do nobre Lopo de Sousa Coutinho e de uma senhora da casa dos condes dos Marialvas. Enquanto fidalgo dedicado às Letras e às Armas, seu pai influenciou profundamente a sua decisão de frequentar cursos regulares de Humanidades nos quais atingiu um elevado grau de cultura literária que lhe permitiu prosseguir o caminho das Letras.

Em 1577, na Sardenha, é feito prisioneiro e levado pelos mouros para Argel, com o seu irmão André de Sousa Coutinho, tendo aí conhecido Cervantes. Posto em liberdade, foi para Valença, onde permaneceu e onde, sob o magistério do humanista valenciano Jaime Falcão, completou a sua formação cultural. Regressando a Portugal, rapidamente ganhou a confiança dos governadores do reino, que o colocaram num posto dos quadros militares do Estado. Casou, em Dezembro de 1583, com D. Madalena de Vilhena, viúva de D. João de Portugal, filho de D. Manuel de Portugal.

A partir de 1590, a família fixou-se em Almada, tendo Manuel de Sousa Coutinho desempenhado vários cargos na Misericórdia.

Conhecem-se as razões que levaram Manuel de Sousa Coutinho e D. Madalena de Vilhena a procurarem o refúgio no claustro dominicano - ele em Benfca, com o nome religioso de Frei Luís de Sousa, e ela no Convento do Sacramento, em Lisboa, com o nome de Sórora Madalena das Chagas – o que permitiria os naturais comentários sobre a situação que com o tempo se transformariam numa lenda romanesca (chegada do forasteiro que conhecera nos lugares santos de Jerusalém alguém que dela ainda “muito se lembrava” e identificara na galeria dos retratos de família o de D. João de Portugal que todos pensavam morto em Alcácer Quibir) Perante esta situação D. Manuel de Sousa Coutinho propusera a profissão no convento.

No dia 8 de Setembro de 1614 um homem de 59 anos, de nome Manuel de Sousa Coutinho ajoelhava com a solenidade habitual nas lajes da igreja do Convento de São Domingos de Benfca e fazia votos de obediência, sendo aceite de imediato na Ordem Dominicana com o nome de Frei Luiz de Souza.

Afirmaram os seus companheiros que nos dezoito anos em que ali viveu foi um monge exemplar de humildade e recolhimento como os que seguiam a vida monástica por penitência.

Inscrição da sepultura de Frei Luís de Sousa na capela direita do altar-mor. Sepultura singela a marcar a importância da sua passagem pelo Convento de São Domingos de Benfca

Durante a sua permanência no Convento de São Domingos de Benfca, desfrutando da atmosfera saudável e silenciosa do sítio daquele convento, com fácil acesso aos velhos livros da biblioteca conventual, escreveu sobre a História de São Domingos de Benfca. Nasceu então para as letras o Frei Luis de Sousa que, na solidão da cela monacal compôs as suas obras históricas.

Faleceu em Maio de 1632. Está sepultado na Igreja de N^a Sr^a do Rosário, no coval n^o 6, no corredor de passagem da Igreja para a sacristia e coro. No tempo dos frades era a passagem obrigatória, assim Frei Luis de Sousa seria pisado pelos seus confrades, como sinal de humildade.





CAPELA DOS CASTROS

Integrada no complexo arquitectónico do antigo Convento de São Domingos de Benfica, a Capela dos Castros foi fundada sob a invocação de *Corpus Christi*, em 1648, por D. Francisco de Castro, bispo inquisidor-geral, neto do ilustre vice-rei da Índia, D. João de Castro e foi destinada pelo fundador para seu jazigo e da sua família.

A Capela dos Castros integrava-se num complexo arquitectónico que constituía como que um novo convento dentro do convento de S. Domingos de Benfica. O conjunto – construído por iniciativa de D. Francisco de Castro – compunha-se das seguintes edificações: casa do noviciado, capela de *Corpus Christi* e palácio dos inquisidores.

Revela-se a Capela dos Castros, uma construção de imponente volumetria, quando vista do exterior, destacando-se claramente na massa arquitectónica do conjunto do antigo convento de S. Domingos de Benfica.

O interior da capela de *Corpus Christi* reconhece-se como um espaço amplo que se projecta em altura e é enobrecido pela escolha dos materiais dominantes: pedra de lioz e mármore policromos.

É de assinalar a importância que a tumulária assume no espaço da capela tornando-se impossível ignorar

Interior da Capela dos Castros, integrada no Instituto dos Pupilos do Exército

que a mesma constitui por excelência um espaço funerário, um panteão familiar. Os quatro túmulos nela existentes de mármore assentam sobre elefantes



Monumento fúnebre da nave da Capela dos Castros

e estão metidos no vão de outros tantos arcos. Neles repousam, de uma parte, D. João de Castro e sua mulher D. Leonor Coutinho e no outro lado D. Álvaro de Castro, seu filho, e D. Ana de Ataíde, mulher deste. No presbitério podemos ver as sepulturas de D. Francisco de Castro e de sua irmã D. Violante de Castro, Condessa de Odemira. Debaxo da capela, num vasto carneiro, estão sepultados outros membros desta família.

Trata-se de uma peça relevante do nosso património, até pela analogia tumular que se pode encontrar com as sepulturas dos Jerónimos, também assentes em elefantes.

O monumento terá sofrido algumas alterações, a julgar por descrições do século XIX e XX. Inácio de Vilhena Barbosa em

“Fragmentos de Um Roteiro de Lisboa”, publicado no *Archivo Pittoresco*, refere: *“Não prima esta capella em bellezas de architectura, porque é bastante singela: mas é grandiosa, tanto pela sua vastidão, que lhe dá proporções de uma boa igreja, como também pelos materiaes de que é constituída, pois que desde o pavimento, que é de mármore de cores, até à abóbada, que é de excelente cantaria, toda a sua fábrica é de pedra bem lavrada. Tem a capella um só altar, por detraz do qual está o côro. Entre as seis columnas, que decoram o altar, vêem-se sobre peanhas seis custódias com relíquias de santos, três de cada lado. No pavilhão ou baldaquino, que faz cobertura ao sacrário, avultam duas imagens, de N. S. de S. Domingos, que além de veneração que lhes é devida, são de subido apreço como objecto archeológico, e como tropheo de uma grande victoria que enramou de loiros as armas portuguesas.”*

A Capela dos Castros, em bom estado de conservação, integra-se actualmente, no conjunto do Instituto dos Pupilos do Exército, tendo sido declarada Monumento Nacional por decreto de 16 de Junho de 1910.



Edifício do antigo
Convento de Stº António
da Convalescença

CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA CONVALESCENÇA

O Convento de Stº. António da Convalescença, muito alterado ao longo dos tempos, localiza-se na Estrada de Benfica, perto de Sete – Rios, em frente do Jardim Zoológico. Muito poucas notícias há sobre o Convento de Padres Capuchos da Província de Santo António de Lisboa. Sabemos que foi fundado pelo cónego Duarte Gomes da Mata, filho de António Gomes da Mata, 1º Correio-Mor do Reino, homem abastado que possuindo uma quinta nestas imediações, ali resolveu mandar construir um pequeno convento, com sua igreja anexa destinada a satisfazer uma piedosa intenção: servir de última morada à família dos correios-mores de Portugal.

O convento devia ter ainda uma função prática e religiosa: acolher os velhos e doentes das diversas casas franciscanas da cidade, para ali convalescerem. Daí o nome por que também era conhecido: Santo António da Convalescença.

Assim, em 1640 começaram os frades a ir convalescer para a Quinta da Cruz da Pedra e só em 1651 se terá iniciado a vida conventual propriamente dita.

Além dos 60 mil reis anuais legados pelo primeiro padroeiro deste Convento, a comunidade vivia das esmolas, missas e sermões que dava e da venda das mortalhas. Até finais do século XVII a vida da comunidade era simples, começando então a afluir gene-

rosas dádivas de várias pessoas poderosas, como o Arcebispo de Lisboa, vários Condes e Duques, etc.

A Convalescença da Cruz da Pedra obtinha assim em meados do século XVIII uma situação de igualdade com os outros conventos da Ordem, mercê da sua elevação a Guardiania, em 1720.

O Convento era, e continuou a ser depois das transformações a que foi sujeito, uma construção sólida, de pedra e alvenaria, sem luxo nem requintes, de acordo com o espírito de humildade franciscana. Constava de um 1º e 2º pisos. A fachada principal abria para a Estrada de Benfica e dava acesso ao claustro lajeado, de doze arcos, três em cada face, no centro do qual havia uma cisterna. No pavimento do claustro ficava a cozinha, o refeitório, a Casa do Capítulo, com um arco de pedraria abobadado e paredes azulejadas, um dormitório com cinco celas e outros cómodos. No piso superior, que dava para o terraço sobre o claustro ficavam mais dormitórios também revestidos de azulejos. Noutros compartimentos dos dois pisos situavam-se ainda a Casa “De Profundis”, cela do irmão guardião, rouparia, adega, casa dos moços... Ao todo cerca de trinta divisões compunham os dois andares.

Para poente e sul do Convento estendia-se uma boa cerca com vinha, onde em 1791 se haviam plantado mais de 500 pés de bacelo, árvores de fruto, chão

para horta, terra de sementeira, poço com nora, tanque e uma pequena casa.

Esta cerca, convenientemente murada, tinha uma entrada independente do Convento, pela azinhaga, hoje chamada Rua das Furnas. Além da portaria havia outra entrada para a clausura – porta do carro – com pátio de paredes azulejadas que dava para o caminho entre quintas, hoje denominado Rua de São Domingos de Benfica.

A popularidade do Convento e o aumento constante das dídivas enriqueceu o seu património até à sua extinção, em 1834. Em Março daquele ano, um inquérito de vida interna do Convento afirmava a “inutilidade” do Convento, mas foi permitida a existência da Igreja, onde se deveria dizer missa aos domingos. Estava, pois, o Convento, condenado ao desaparecimento, tanto mais que o inventário a que se procedeu acusava uma grande penúria.

Ainda não tinham passado três meses e a 8 de Julho a Fazenda Pública tomou posse do Convento alugando-o, no fim do ano a José Araújo Pereira Guimarães.

Em 29 de Janeiro de 1836, o edifício do Convento (excluída a Igreja) foi finalmente à praça, sendo arrematado pela quantia de 5.600\$000 reis.

Estava definitivamente terminada a função religiosa para que fora construído este edifício.

Na posse de novo proprietário, João Gomes Costa, o Convento passou a bela Quinta de recreio e residência de Verão. Para isso houve de proceder a muitas obras de restauro e adaptação. As paredes

do claustro foram decoradas a toda a volta com medalhões de gesso, representando várias figuras notáveis da nossa História; fizeram-se divisões apropriadas; o topo da fachada do edifício recebeu acabamento artístico, ao gosto da época, terminando em triângulo, balaústres e outros elementos decorativos. Construíram-se jardins à moda da época e fizeram-se lagos e canais.

E o que é mais importante, revestiu-se o palacete exteriormente de belos painéis de azulejos dos séculos XVI e XVII, harmoniosamente colocados na fachada e aproveitados o melhor possível na parede norte que deita para a Rua de S. Domingos.

Por morte de João Gomes da Costa, ocorrida em 1846, o edifício do antigo Convento passou em partilhas para seu filho que o vendeu, em 1875, ao arquitecto José Maria Nepomuceno. Este transformou o palacete num pequeno museu de raridades artísticas e reuniu uma notável biblioteca que era aberta generosamente aos estudiosos. Entretanto, com a sua morte a quinta teve de ser partilhada pelos seus sete filhos. Assim, a Casa Nobre foi novamente vendida em 1899 ao judeu Marcos Bensabat que ainda em vida vendeu a propriedade ao sobrinho, Saul Saragga, que se associa na compra a Joaquim Fernandes.

Entretanto, o belo palacete, vai deixar de ser residência particular. Esperavam-no novos destinos ao serviço da cultura e do bem comum. Em 1946 instalou-se na Convalescença a Escola Técnica Elementar de Pedro de Santarém. Na década de 50, também ali funcionou, simultaneamente, a Escola Preparatória

Marquesa de Alorna. Em 1972, nasce a Escola Preparatória do Prof. Delfim Santos, que se mantém até 1981, altura em que se muda para as actuais instalações.

Mas há certas instituições que, tal como as pessoas, parecem predestinadas e assim, há que acrescentar mais alguma coisa à sua história. No Convento, depois Palácio, instalou-se em Outubro de 1984, a Universidade Internacional e, nos claustros, onde outrora apenas se ouvia o murmúrio das rezas dos frades capuchos, existiu durante vários anos um ambiente bem diferente, onde passeava a esperança de centenas de estudantes universitários.

Hoje, à volta do antigo Convento dos Frades Capuchos já não existem quintas, nem pomares, nem arvoredos, nem lagos. Nesses lugares que os frades tratavam tão cuidadosamente, e onde as damas e nobres passeavam de braço dado, apenas existem prédios e ruas movimentadas.



Panos de azulejo do antigo Convento de Stº António da Convalescença

PALÁCIOS E QUINTAS

O Grande Lago e a Galeria dos Reis do Palácio dos Marqueses de Fronteira

Voltada aos jardins, esta Galeria rematada por dois torreões de telhado de bico, além dos azulejos azuis e cobreados, apresenta no corredor os bustos dos reis portugueses.





Palácio dos Marqueses de Fronteira
- inícios do século XX



Pátio de Entrada e Fachada Principal
do Palácio dos Marqueses de Fronteira
- 2011



Torreão de telhado de bico,
no Palácio dos Marqueses de Fronteira

PALÁCIO DOS MARQUESES DE FRONTEIRA

Situado no Largo de São Domingos de Benfica, nas abas da Serra de Monsanto, o Palácio dos Marqueses de Fronteira é talvez o mais notável palácio renascentista português.

O Palácio Fronteira foi mandado construir por D. João Mascarenhas (1632-1681), 1º Marquês de Fronteira, 2º Conde da Torre, um dos generais das guerras da Restauração. Foi-lhe concedido o título de Marquês de Fronteira, por D. Pedro II, a 7 de Janeiro de 1670, como reconhecimento pelos seus feitos durante a guerra. A época de construção do Palácio que principiou por ser simples casa de campo ou pavilhão de caça poderá fixar-se no final de 1667 ou inícios de 1668, conforme se pode concluir do relato oficial da viagem de Cosme de Médicis, grão-duque da Toscana que visitou o palácio em 17 de Fevereiro de 1669 e o descreveu com grande admiração.

É da tradição que o palácio foi inaugurado com uma “merenda” ao rei D. Pedro II, seguida de uma caçada e que a louça da Índia que serviu nesse banquete foi propositadamente quebrada, para que mais ninguém se servisse dela, e com os seus fragmentos, fazendo desenhos bizarros, se embelezaram as suas fontes, grutas e pavilhões.

Durante décadas manteve-se como espaço de lazer e veraneio. Após o terramoto de 1755, o Palácio foi melhorado e ampliado pelo 5º Marquês de Fronteira uma vez que passou a ser residência permanente dos seus proprietários e chegou aos nossos dias ainda na posse da família do fundador.

Este palácio, que pelo seu aspecto exterior está longe de dar uma ideia dos seus interiores, tão belos e tão interessantes, foi construído segundo o gosto de arquitectura então em voga na Itália.

Há a considerar três fachadas principais, qualquer delas a mais imponente, mas todas diferentes no risco e na decoração.

No interior do Palácio assinalam-se numerosas salas de beleza invulgar.

Encerra este palácio salas de grande valor artístico e histórico e diversas dependências comunicantes que sofreram, naturalmente, modificações e ampliações não sendo possível determinar com exactidão o processo evolutivo.

A mais nobre e mais imponente de todas é a Sala das Batalhas, assim designada por o seu lambris de azulejo, representar os principais episódios guerreiros da Restauração, onde participaram membros da família Mascarenhas.

A Sala dos Painéis (actual Sala de Jantar) que em beleza pode igualar a Sala das Batalhas, é tão grandiosa como qualquer delas, se as não exceder. Entre muitas coisas há a admirar um alto rodapé de azulejos holandeses do século XVII e que representam “o mais

antigo testemunho conhecido de azulejos feitos na Holanda, destinados ao mercado externo”.

Muitos motivos históricos e artísticos encantam o visitante. São dignos de nota, o mobiliário, os quadros e as louças, mas também a decoração de estuques nas paredes e nos tectos e, principalmente, os silhares de azulejos que revestem não só o interior, mas sobretudo o exterior.



▲ Galeria das Artes

▼ Escultura na Galeria das Artes

◆ Busto de Rei Português



Painel de Azulejo

O azulejo é o elemento mais importante de todo este conjunto deslumbrante, revestindo as diversas superfícies, individualizando os diversos espaços e recantos através da variedade dos motivos e da rutinância das cores.

O Terraço da Capela decorado com estátuas mitológicas em tamanho natural e painéis de azulejos com alegorias aos sentidos, às ciências e às artes, constitui um dos recantos mais sugestivos do Palácio.

O Terraço lançado sobre o Jardim de Vénus, com pequenas clareiras arrematadas por uma balaustrada em mármore, ladeada de pequenos bancos revestidos de belos azulejos do século XVII, formando como que pequenas varandas, é um verdadeiro sonho.

Os Jardins do Palácio Fronteira constituem o mais importante conjunto artístico da arte paisagística portuguesa do século XVII. Reflectem na sua concepção, o estilo dos jardins do renascimento italiano.



Palácio e Jardins Marquês de Fronteira
Inícios do século XX



Fachada oriental do Palácio dos
Marquês de Fronteira - 2011



Fachada oriental, Jardins e Grande Lago
Inícios do século XX



Fachada oriental e jardins - 2011

O Jardim Grande, com 5 tanques, alberga o Grande Lago e a célebre Galeria dos Reis, conjunto único pela sua grandiosidade. Com duas escadarias de acesso nas extremidades enquadra um gigantesco tanque, no qual se reflecte um conjunto de painéis de grandes dimensões, com cavaleiros representando antepassados dos Mascarenhas, encimados por arcos de faiança relevada.

Destaque também para o conjunto de azulejos que representam cenas do quotidiano e da mitologia que decora as paredes do jardim e o tanque monumental com a sua galeria. Também aqui encontramos uma grande variedade de bustos e estátuas de autoria portuguesa e francesa.

Num recanto do Jardim de Vénus, ergue-se a Casa de Fresco, semelhante a uma gruta, com a abóboda revestida de embrechados formados por cacos de porcelana chinesa, contas de vidro e conchas. Os nichos das paredes estão cobertos de azulejos com ramagens e maravilhosas aves pintadas de cores vivas. Os bancos que ladeiam o recinto exterior estão cobertos por cenas diversas, como pescarias ou jardins,

entre as quais se vêm as mais inesperadas de todo o palácio, as representações de macacarias, nomeadamente uma aula de música e uma barbearia que é simultaneamente uma enfermaria, nos quais todos os personagens são animais.

Impossível não referir que o Palácio é uma residência particular, habitando, numa parte da casa restrita ao público, o actual e 12º Marquês de Fronteira, D. Fernando Mascarenhas. Longe de olhares indiscretos, circula-se por corredores e divisões vividas, com objectos tão simples e informais como dezenas de fotografias de família distribuídas por todo o lado. Já para não falar das inúmeras peças de arte que decoram as paredes, os cantos e recantos do espaço.

O conjunto formado pelo Palácio, Jardins, Horta e Mata foi declarado Monumento Nacional, por decreto de 26 de Fevereiro de 1982.



Jardins do Palácio dos Marquês de Fronteira
vendo-se ao fundo o Grande Lago e a Galeria dos Reis

PALÁCIO DEVISME OU QUINTA DA INFANTA D. ISABEL MARIA

Palácio situado entre a Igreja de N.ª S.ª do Rosário e o Palácio dos Marqueses de Fronteira é conhecido por Palácio Devisme, do nome do comerciante inglês, contratador do pau – brasil, no tempo do Marquês de Pombal e que fez construir aquela residência, em meados de setecentos (1760-1770).

A designação de Quinta da Infanta é posterior a 1834, data em que a Infanta D. Isabel Maria (1801-1876), filha de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, nomeada pelo pai, no leito de morte, para presidir ao Conselho de Regência, cargo em que se manteve desde 6 de Março de 1826 a 22 de Fevereiro de 1828, a comprou ao 5.º Marquês de Abrantes, D. Pedro de Lencastre.

Gerard Devisme confiou ao arquitecto Inácio de Oliveira Bernardes o risco da casa e jardins da sua habitação tornando-se o primeiro exemplo em Lisboa duma habitação de sugestão neoclássica. O palácio de Seteais, em Sintra de que Devisme foi também o possuidor, atesta o seu gosto e beleza.

Numa pintura de Pillement do Museu de Artes Decorativas de Paris, a que José-Augusto França atribui a data de 1785, a fachada nobre voltada aos jardins, desenvolvida em dois andares, mostra um desenho simétrico, em relação ao corpo central, coroado de frontão triangular.

Os jardins foram decerto aprazíveis, com as suas estatuas decorativas e os seus lagos de molduras rocóco. Teria possuído um ribeiro com represa a formar lago, cascatas e viveiros de aves. A Quinta sofreu nos últimos anos do século passado e princípios deste, uma grande devastação no seu denso arvoredado tão cerrado outrora que nele o sol mal podia entrar.



Largo de São Domingos de Benfica, vendo-se o portão do Palácio Devisme - inícios do séc. XX

Joseph B.F. Carrère, emigrado francês em Portugal, nas suas impressões sobre a quinta fixou sobretudo a colecção de plantas e árvores exóticas reunidas por Devisme que sob o auspicioso clima de Lisboa se desenvolviam ao ar livre.

O exotismo da vegetação está também presente nos trabalhos do pintor francês Jean Alexander Noel, nos finais de setecentos. Numa das obras que dedicou à propriedade de Devisme, salienta-se a massa vegetativa, dispondo-se em plano intermédio as dependências do palácio. O primeiro plano é reservado aos jardins da quinta e retrata o prazer dos passeios do campo. Devido a contratempos e desgostos, Devisme vende a propriedade a D. Pedro de Lencastre, 3.º Marquês de Abrantes. Este conservou-a bem tratada durante algum tempo, melhorou-a até, mas por falta de meios, ou por desinteresse, palácio e quinta chegaram a grande decadência. Em 1834, seu neto, D. Pedro, 5.º Marquês de Abrantes, vendeu-os à D. Isabel Maria que logo fez grandes benefícios e lhe acrescentou mais uma ala, modificando-lhe inteiramente o aspecto exterior. A partir de 1836, a propriedade aparece então designada como Quinta da Infanta D. Isabel Maria. Oito anos

depois da morte da princesa, ocorrida em 1876, aparece instalado no Palácio, por D. Teresa de Saldanha de Oliveira e Sousa – a fundadora, em Portugal das Terceiras Dominicanas – o Colégio de São José, destinado a Meninas da Sociedade. Naturalmente, este Colégio veio a tornar-se afamado e visitantes ilustres passaram por ele, desde o Cardeal Patriarca D. José Neto, o Núncio, Bispos, jornalistas e a própria rainha. Em 1910, o Colégio foi invadido, passou para o Estado, instalando-se aí um reformatório feminino. Em 1991, as Irmãs Dominicanas voltam a ocupar esta casa e aqui estabelecem a Casa Mãe e a sede da Cúria Geral da Congregação.

Durante alguns anos esteve ali a funcionar a Casa do Lago, instituição de reinserção social. Mais recentemente, o Palácio voltou à posse das Irmãs Dominicanas assinalando-se a existência da Sala-Museu Madre Teresa de Saldanha, onde é evocada a Fundadora da Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena.

Palácio Devisme ou Quinta da Infanta D. Isabel Maria - 2011





PALÁCIO FARROBO OU DAS LARANJEIRAS

E difício nobre fundado na segunda metade do século XVIII (1779), o Palácio Farrobo, mais conhecido por Palácio das Laranjeiras é um dos mais interessantes conjuntos arquitectónicos dos arredores de Lisboa.

A Quinta, onde ele foi edificado, chamada primitivamente de Santo António, pertencia no final do século XVII a Manuel da Silva Colaço, e estava em 1760 na posse de Luis Garcia Bivar, de quem passou para Francisco Azevedo Coutinho. Foi a este que a adquiriu, por 24 contos, o desembargador Luis Rebelo Quintela em 1779, herdando-a em 1802 seu sobrinho Joaquim Pedro Quintela, quatro anos depois feito 1.^a Barão de Quintela. A casa palaciana e os jardins admiráveis que a rodeavam foram do risco do padre, religioso da Congregação do Oratório, Bartolomeu Quintela, tio do 1.^o Barão, que foi quem ordenou a renovação da quinta e a edificação do palácio em substituição de decrépitas casas existentes até então. Contudo foi o 2.^o Barão de Quintela, 1.^o Conde de Farrobo – o qual muito novo entrara na posse da enorme fortuna de seu pai e na administração do morgado do Farrobo – quem promoveu no Palácio das Laranjeiras os melhoramentos e embelezamentos que, pelo fausto e bom gosto, deram brado em Lisboa durante meio século.

Personalidade bem marcante na aristocracia do seu tempo, o 1.^o Conde de Farrobo organizou sumptuosos festejos, de um viver opulento que deram origem à expressão popular “farrobo dó”, derivada do seu título nobre.

O Palácio e a Quinta que serviu de residência à família Quintela – Farrobo valorizou mais de cinquenta anos de música, uma riquíssima actividade operística teatral, bailes e festas galantes. Ao admirarmos hoje esse Palácio pintado de cor-de-rosa, com os seus terraços e escadarias a abrir para os jardins construídos



Estrada das Laranjeiras, vendo-se a fachada nascente do Palácio Farrobo ou das Laranjeiras - inícios do século XX



Fachada nascente do Palácio Farrobo ou das Laranjeiras - 2011

no gosto do francês e que durante meio século deslumbrou Lisboa, lembramos a velha Quinta das Laranjeiras que ficará para sempre como o símbolo duma época que nos deu quadros de rara elegância. No Palácio das Laranjeiras só sobressai a fachada poente que é bastante curiosa, por ser constituída por três corpos de desigual alinhamento, sendo o central guarnecido dum terraço abalastrado recuado em relação aos outros dois. Nos extremos desse terraço uma escadaria de cantaria leva-nos aos jardins defendidos do resto da quinta por uma decorativa balaustrada de pedra. Para além estende-se novo jardim com sua taça entre buxos que um gradeamento separa do que é hoje o Jardim Zoológico. A fachada nascente sobre a Estrada das Laranjeiras e a fachada norte que abre para um pátio que comunica directamente com os jardins, são simples sem qualquer pormenor digno de registo.

Interiormente, o Palácio foi beneficiado por obras de restauro e adaptação, sob a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, obras subsidiadas pelo Ministério do Ultramar.

Além da escadaria que parte do átrio com silhares de azulejos de grinalda (século XVIII), anota-se a Sala de Música, a Sala de Jantar, a Sala de Baile e o antigo quarto do Conde do Farrobo, todas decoradas com pinturas a óleo de sentido alegórico, predominando os estuques de relevo.

Foram muitos os artistas de assinalado valor que, em várias épocas, trabalharam nas decorações interiores do palácio, nomeadamente, o arquitecto Hilbradt e os decoradores Cinatti, António Manuel da Fonseca e Félix Salla e João Paulo da Silva como ornamentistas de estuque.

O empobrecimento do Conde de Farrobo, o qual nos últimos anos de vida renunciara ao título e vivia de uma pensão do Estado (morreu em 1869), determinou a venda em hasta dos seus bens; em 1874 o palácio e quinta foram adquiridos por um titular espanhol, Duque



Fachada poente do Palácio Farrobo ou das Laranjeiras

de Abrantes y Linares, e em 1877 passava a um comendador José Pereira Soares que comprou também as vizinhas Mata das Águas Boas e Quinta dos Barbacenas.

Reuniram-se assim três quintas numa única – a denominada ainda hoje das Laranjeiras, comprado aos herdeiros de Pereira Soares, pelo Conde de Burnay, em Junho de 1903.

Em 1904, o Conde de Burnay arrenda ao Director do Jardim Zoológico, Manuel Emídio da Silva, por escritura de 1 de Março desse ano, a maior parte da Quinta das Laranjeiras, para aí ser instalado o Jardim Zoológico que foi aberto ao público a 28 de Maio de 1905.

O Palácio e seus Jardins continuaram na posse da família Burnay até 1940, ano em que o Ministério das Colónias o adquiriu aos herdeiros da Condessa de Burnay.

Em bom e regular estado de conservação, o Palácio das Laranjeiras tem sido ocupado por diversos serviços e organismos, estando actualmente ocupado pelo Ministério da Educação e Ciência.

O Palácio, incluindo os Jardins, Teatro e o Chafariz fronteiro, foi declarado Imóvel de Interesse Público por decreto de 21 de Dezembro de 1974.



Fachada do Palácio Beau Séjour, com revestimento azulejar muito interessante

PALÁCIO BEAU SÉJOUR

Em plena Estrada de Benfica, por detrás de um muro cinza, esconde-se o Palácio do Beau Séjour, uma residencial de veraneio que foi cenário de festas e de convívio de artistas.

Em 1849 D. Ermelinda, a futura Viscondessa da Regaleira, oriunda de uma família britânica, viúva de um “brasileiro” riquíssimo, compra a antiga Quinta das Laranjeiras, para construir um palacete, segundo modelos arquitectónicos de influência inglesa. Após a sua

morte em 1858, a sua sobrinha e herdeira, Baronesa da Regaleira, vende a Quinta (1859) ao Barão da Glória, um outro “brasileiro” opulento que regressara ao País. Este compreendeu obras de embelezamento da casa, sobretudo o revestimento das fachadas a azulejo de estampilha, da Fábrica Viúva Lamego; e o engrandecimento do jardim. Falecido o Barão (1876), são seus herdeiros dois sobrinhos que iniciam uma campanha de enriquecimento decorativo da casa e jardim,

colaborando alguns dos mais conceituados artistas, como o pintor Francisco Vilaça, o entalhador Leandro Braga e os três irmãos Bordalo Pinheiro. A colaboração da família Bordalo Pinheiro, especialmente, do extraordinário ceramista Rafael Bordalo Pinheiro, faz com que este conjunto – casa jardim – seja um dos mais significativos da nossa arte do período romântico ao naturalismo.

É admirável a casa de jantar com o candeeiro e alguns enquadramentos de azulejos de Rafael Bordalo Pinheiro. Dele também é o grande lavatório de cerâmica que ocupa a parede fronteira à porta da sala de jantar. Maria Augusta Bordalo Pinheiro pintou, em vidro, alguns motivos florais que se encontram assinados. As outras salas possuem uma decoração oitocentista, realçando a beleza dos tectos pintados e a qualidade da intervenção plástica. A Sala de Música, com um fogão de sala tardio, ostenta um belíssimo tecto pintado da autoria do pintor Francisco Vilaça, sendo as demais das outras salas da responsabilidade de Columbano.

D. Maria da Glória Leite, sobrinha do Barão delega a Quinta, conhecida também na época por Quinta das Campainhas – pelo tilintar de uns pequenos sinos suspensos num abrigo de chuva do jardim – aos Dias de Almeida; permanecendo nesta família até ao início dos anos setenta, quando foi vendida a uma Congregação de Irmãos Maristas.

Em meados dos anos 80, a Câmara Municipal de Lisboa adquire o palacete e o seu jardim. Restaurado e recuperado, transfigurou-se num espaço diferente onde se veio instalar o Gabinete de Estudos Oisiponenses que reúne o maior acervo bibliográfico sobre a Cidade de Lisboa. A renovada casa de campo oitocentista é hoje local de visita e espaço de múltiplas iniciativas culturais. Por ali passam estudantes citadinos, amantes do verde, velinhos que saboreiam a tranquilidade debaixo de uma árvore que fazem do Beau Séjour a Quinta de Estadia.

O jardim parece ter tido, desde sempre, uma grande importância para o Beau Séjour. Funcionando claramente como uma primeira sala de recepção, mereceu sempre grande atenção por parte dos sucessivos proprietários.



Pormenor decorativo

Lavatório de cerâmica da autoria de Rafael Bordalo Pinheiro



O Jardim de Inverno foi construído na viragem de século, em madeira e com grandes janelões de vidro, acrescentando espaço interior de convívio, onde também se podia jogar bilhar, desfrutando luz e verde do exterior.



O Jardim Romântico do Beau Séjour com o seu abrigo de chuva

Desaparecida a Quinta de lavoura e recreio, resta-nos o pitoresco Jardim, de características românticas, onde transpõe uma vegetação exótica, denso arvoredo, passeios sinuosos, criando ambientes ora exóticos ora idílicos. Elemento marcante em qualquer jardim, a água vê a sua presença marcada no Jardim do Beau Séjour através de um lago e de pequeno espelho de água, com um repuxo central.

O lago de forma irregular e relativamente amplo, era navegável e possui uma pequena ilha onde se ergue um abrigo de chuva. O Jardim do Beau-Séjour conheceu ao longo do tempo, alterações várias, que lhe concedem o aspecto que chegou até nós, com pequenas pontes, abrigos de chuva em ferro e pequeno pavilhão, com a sua cúpula árabe forrada a azulejos amarelos, para abrigar uma escada de acesso rápido à rua, animando o ambiente nostálgico de paragens longínquas...

Fachada do Palácio Beau Séjour





Palácio da Quinta da Alfarrobeira - 1968



Palácio da Quinta da Alfarrobeira - 2011

PALÁCIO – QUINTA DA ALFARROBEIRA

O Palácio e Quinta da Alfarrobeira, situa-se na Rua António Saúde, 13 (ao Calhariz de Benfica), no itinerário por onde passava, há cerca de um século, a real estrada Lisboa – Sintra. Originalmente, a Quinta era constituída pelo palácio, jardins e terrenos de caça que se prolongavam pela encosta norte da Serra de Monsanto. Nestes terrenos de frondosa e luxuriante vegetação, ainda hoje é possível reconhecer vestígios (casa, tanque, mesa de pedra) do que pertenceu à “coutada”.

Edificou esta magnífica propriedade, na primeira metade do século passado, para sua residência, João Frederico Ludovice, o célebre arquitecto do Convento de Mafra e que realizou em Portugal uma obra magnífica. Terminada a construção da Real Basílica do Convento de Mafra, o arquitecto Ludovice pediu a D. João V as sobras de materiais daquele empreendimento para construir, como ele próprio disse, uma “choupana” para residência de Verão, próximo de Lisboa. Segundo a lenda, D. João V, ponderando o volume de materiais sobrantes, ter-lhe-ia dito “*Não faças uma choupana faz antes um palácio acrescenta-lhe uma mata onde eu possa ir caçar, que para*

tanto basta e sobra.” Assim parece ter nascido o Palácio e Quinta da Alfarrobeira, obra concluída em 1727, revelando-se uma residência típica de extramuros, com linhas sóbrias, não revelando alterações sensíveis em relação ao plano original.

O acesso ao edifício é feito por largo portão, através de um pátio de honra. Um lindo painel policromo representando a Imaculada Conceição está à vista no pátio de honra que tem comunicação para o jardim e deste para a quinta abre-se um portão encimado por duas esculturas representando esfinges.

Junto da horta e ligado ao jardim por escadaria, levanta-se um interessante tanque octogonal – bastante danificado - de lados côncavos, construídos sobre abóbada. Embeleza essa construção, na parte exterior de cada um dos lados do octógono, uma colecção de azulejos policromos, oito painéis, pintados na parte central em tons de vinho e com cercaduras rocaillé da mesma cor, azul, amarelo e verde, pela forma espontânea e hábil de indicar os movimentos das personagens, animais e vegetação, constituem valioso documento da época.

Na parte inferior do tanque existe a “Casa de Fresco” muito deteriorada, onde se julga seriam tomadas refeições.

O estilo da Capela, cuja padroeira é Nossa Senhora da Assunção, é barroco, com bons mármore, telas e um belo altar. Medalhões de mármore, figurando querubins e modelos semelhantes nas bases das pilstras do altar mostram a colaboração de um escultor de talento, também filiado nas correntes italianas

Fachada da Capela do Palácio-Quinta da Alfarrobeira

do tempo. Na Capela foram baptizados cinco netos do famoso arquitecto Ludovice.

A Infanta D. Isabel Maria, sendo Regente do reino foi passar nesta Quinta o verão de 1827 para restabelecer de uma grave doença. Era então senhor desta propriedade um neto do fundador. O 5º proprietário da Quinta da Alfarrobeira foi Manuel de Campos Ferreira (avô materno de coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, ilustre director do Arquivo Histórico Militar), que a adquiriu em praça em 12 de Março de 1851. Indo à praça no começo do século XX, foi adjudicada por Martins Júnior, a quem a Câmara Municipal a expropriou por utilidade pública. A Direcção dos Serviços de Saúde do Exército esteve instalada no que foi Palácio e dependências da Quinta da Alfarrobeira desde 1943. Actualmente o espaço aguarda novos destinos.



PALÁCIO-QUINTA BENSÁUDE

Oferecendo um contraste sereno com as construções que pairam em sua volta, o conjunto formado pelo Palácio e Jardins Bensaúde, situado na Estrada da Luz, n.ºs 151 a 157 é uma peça histórica de grande relevância que importa conservar e tanto quanto possível valorizar. O conjunto de propriedades, designadas primitivamente de “Quinta de Santo António das Frechas”, “Quinta da Panasqueira ou Ferrão” e “Quinta dos Prostes ou Prestes”, ocupando uma extensa área de 163.107 m², desde tempos imemoriais pertenceu à família Bensaúde, de onde provém afinal a sua denominação. Todas elas compostas por uma área urbana e rústica, merece particular destaque a “Quinta de Stº António das Frechas”. Edificada nos finais do século XVIII pela Ordem Franciscana que a destinaram a casa de repouso, foi embelezada e engrandecida no início do século XX por Vasco Elias Bensaúde, dela constando um palacete, antiga residência daquele proprietário, jardins e terrenos destinados à cultura de cereais, actualmente desaproveitados.

A fachada que confere grande dignidade e todo o arranjo arquitectónico, acusam a traça do seu arquitecto: Raul Lino.

Na construção da casa apalaçada, verifica-se um requintado bom gosto e uma técnica perfeita na sua

execução. Há grandes salões, luxuosamente adornados, com paredes revestidas de azulejo reproduzindo figuras campestres e paisagens, tectos estucados e pintados, fogões de sala emoldurados em talha do século XVIII, com colunas em estilo salomónico.

O jardim palacete é limitado por um murro de alvenaria (que desempenha em parte funções de suporte de terras), tendo acesso directo à Estrada da Luz por dois portões de ferro, sendo um para as viaturas e outro para os peões. Dispõe de um lago com pergulas, zonas relvadas, roseiral, buxo ornamental e um conjunto de escadarias e caminhos lajeados, aproveitando o declive acentuado do terreno. Dele constam ainda as outrora habitações do pessoal, oficina de carpintaria, cocheira, duas estufas quentes e uma estufa fria (em mau estado) campo de ténis, canil e aviário para espécies exóticas.

A poente do jardim situa-se uma área apreciável de mata do maior interesse e valor, com vegetação de óptimos exemplares, alguns exóticos. Aprazível zona onde se pode desfrutar de uma benéfica tranquilidade campestre, ela constitui um pequeno pulmão verde dentro da freguesia. A propriedade foi adquirida pelo Estado em 1980 com finalidade de nela construir as novas instalações do Instituto Geográfico e Cadastral e se implantarem instalações provisórias ou

definitivas de outros serviços. Presentemente ocupado pelos serviços do Ministério da Defesa Nacional e pela Comissão Nacional da Luta Contra a Sida, o edifício mantém o seu nobre aspecto exterior, embora dentro tenha sofrido as naturais remodelações que adaptaram a residência ao seu fim actual.

Ainda hoje então, uma grande área continua entregue aos cuidados dos herdeiros Bensaúde, constituída por uma moradia relativamente moderna à qual está anexada uma zona ajardinada e uma mata, perpetuando assim o bom gosto dos seus antepassados.

Palácio-Quinta Bensaúde



QUINTA NOVA DA CONCEIÇÃO

Desfrutar do sossego e conforto de uma casa apalaçada, bem no coração da freguesia de São Domingos de Benfica, pode parecer apenas um desejo, mas é uma realidade que qualquer cidadão pode confirmar. Quinta Nova da

Conceição é o nome da casa, situada entre a Rua Cidade de Rabat e a Estrada de Benfica, adaptada a Casa de Turismo de Habitação, a única existente no concelho de Lisboa e que desde há vários anos recebe hóspedes (entre turistas e homens de negócios) que são recebidos como convidados.

Outrora propriedade de grandes extensões, pouco ou nada se sabe de concreto sobre a sua origem. A designação da Quinta parece provir do tempo em que ali se encontrava uma capela de invocação de N.ª S.ª da Conceição, mencionada num documento, por ocasião das *“Indulgências particulares concedidas a esta Capela de Nossa Senhora da Conceição pelo SSº Papa Benedito XIV*

a instância de Francisco Fernandes d’Araújo e sua mulher Vicencia Eugénia Travaços da Silveira seus fundadores.” Não se pode precisar com exactidão a data em

que foi edificada, mas presume-se que seja anterior ao século XVIII, pois a ela se refere explicitamente a “História Universal dos Terramotos” como um dos poucos imóveis de grandes dimensões que resistiram ao terramoto de 1755.

Durante todo o século XIX, a quinta serviu de residência aos Condes de Ottolini. Em 1992, por ocasião das partilhas da família, a casa e a quinta ficaram na posse de uma das filhas do Conde de Ottolini, casada com José Francisco Travassos de Valdez, 4º e último Conde do Bonfim.

Uma vez que a herança desta propriedade se transmitiu sempre na família por via feminina, actualmente a Dª Maria Teresa Travassos Saraiva Valdez, converteu este palacete de importante valor histórico, na única Casa de Turismo de Habitação existente em Lisboa. Combinando o ambiente do século XVIII com as necessidades do século XXI, esta Casa possui apenas 3 quartos, cada um deles decorado ao estilo da antiga nobreza portuguesa.

O quarto principal apresenta uma invulgar cama berço, sumptuosamente trabalhada e uma colcha indo-portuguesa.

De destacar também, entre outras divisões, a Sala de Estar e um magnífico Salão com o seu piano de cauda (onde tocou Viana da Mota), a sua harpa e uma grande lareira.

A Biblioteca construída já no início do século XX, pelo último Conde do Bonfim, é uma Sala completa-

mente forrada a madeira, onde se encontram exemplares raros e únicos.

Uma imponente escadaria em madeira é iluminada por um vitral Arte Nova e no cimo das escadas, desenvolve-se uma pequena galeria de pintura com antepassados dos Ottolini e dos Bonfim.

A passagem pela Quinta Nova da Conceição proporciona aos visitantes não só um frutuoso contacto com o passado, mas também agradável contacto com a natureza. O grande e encantador jardim, ostenta árvores centenárias e classificadas, entre as quais sobressai uma enorme “Araucária” e uma “bela sombra”, tendo esta última sido, ao longo dos séculos, a casinha de brincadeiras de todas as gerações que por ali passaram., Na contiguidade do jardim, a piscina e o campo de ténis asseguram os momentos de lazer de quem ali se encontra.

Para São Domingos de Benfica é um privilégio acolher esta Casa que poderia servir de exemplo a muitos palacetes e quintas, localizadas na cidade de Lisboa.



Fachada e Jardim da Quinta Nova da Conceição



Fachada principal da Quinta Nova da Conceição



PALÁCIO – QUINTA DO LAMEIRO

Situada no Bairro do Calhau, a poucos passos da linha férrea e a escassos metros do Palácio Fronteira, a Quinta do Lameiro, evidenciando velhas referências rurais constitui um apreciável exemplar do património desta freguesia. Estendida primitivamente até ao antigo Convento de Stº António da Convalescença (antiga Universidade Internacional), a Quinta do Lameiro foi sendo progressivamente sujeita a expropriações, ficando reduzida às características espaciais que hoje se conhecem. Na sua multissecular existência, o grande edifício palaciano foi guardando um precioso arquivo de família, facultado para consulta pela simpática disponibilidade dos seus actuais proprietários. Em abono da verdade, podemos afirmar que o Palácio- Quinta do Lameiro, oferece uma mão cheia de referências históricas, dignas de menção. Edificada na segunda metade do século XVII pela família dos Viscondes Sanches de Baena, o Palácio foi desde logo, destinado a casa de habitação. O ardente romance que envolveu Francisco Sanches de Baena a uma dama, levou a breve trecho aquele titular a um processo judicial com o rei que o exautorou de todas as honras, privilégios e bens e o expulsou do reino. O Palácio passa a ser ocupado por sucessivas famílias, desconhecendo-se porém, as suas verdadeiras origens. Em 1764 era habitado por D.Teresa Rita Catarina. Três anos mais tarde, moravam nela João Batista Danino e Clara Danino, dois filhos e um criado, esta família devia ser italiana, pois fazia a desobriga pascal na igreja do Loreto. No princípio da centúria seguinte, mais propriamente em 1812, tinham ali a sua residência Francisco de Paula dos Reis, D. Maria Febrónia de Faria, D. Francisca Carlota e D. Luzia Rosa, além de seis criados. A Quinta passou mais tarde para a posse de Abraham Wheelhouse, de origem alemã, que

compra a Quinta em hasta pública no ano de 1838, pelo preço de 9.617\$00 réis. Casado com Helizabeth Emilia Oom, haveria de nascer dessa união Georgiana Henriette Oom Wheelhouse. Este herdeiro, zelando com carinho pela propriedade, fez importantes experiências na Quinta, com sementes importadas, havendo numerosos escritos sobre o assunto, designadamente um de horticultura. Posteriormente, o valioso conjunto arquitectónico transitou para a posse de um seu sobrinho, Jorge Abrahão Wheelhouse de Almeida pai de Georgina de Almeida Lima, cujo sogro Frederico Augusto Oom, foi nobre figura que deixou o seu nome ligado à fundação do observatório da Ajuda. A título de curiosidade acrescenta-se o facto de lhe ter sido concedida a mais elevada condecoração, entregue a uma entidade estrangeira, por um Czar da Rússia. Coube a Jorge Almeida Lima, aumentar e reformular a casa dos seus antepassados, após um incêndio casual que consumiu totalmente o telhado, atingindo o Palácio nessa altura, a dimensão e configuração actuais. Sem grandes primores de arquitectura, o Palácio abre para o largo pátio que compreendia diversas dependências agrícolas, hoje desaparecidas. A sua ampla e vistosa fachada principal é rasgada por umas janelas de varanda, no andar nobre. No interior, espaços amplos e harmoniosos, procuram respeitar a antiga volumetria onde se mistura a antiguidade e elemento de modernidade. São, aliás, notáveis colecções de obras de arte que o Palácio encerra, vendendo-se algumas peças raras, tanto em mobiliário como em pintura. Conservaram-se, felizmente, os azulejos, nomeadamente as seis rosetas existentes no pátio des-



Palácio Quinta do Lameiro, à entrada do Bº do Calhau

tinadas a prender o gado e os painéis que adornam a majestosa cozinha, já devidamente estudados pelo eminente especialista Santos Simões. A magnífica colecção azulejar proveniente da Quinta de Stº António da Convalescença, decora a escadaria e outras dependências residenciais. Nas paredes, expõem-se retratos das sucessivas gerações, entre eles, alguns membros da família real. Figura de grande relevo na sua época, Jorge Almeida Lima cultivou com esmero e conhecimentos de precursor a arte da fotografia, montando um estúdio, ainda hoje ali existente. Com o objectivo de reunir e dar a conhecer o singular repositório artístico, propôs-se o Arquivo Nacional de Fotografia, organizar uma exposição dedicada à sua obra.

Foi também um dos nomes históricos da apicultura. A produção do mel foi, aliás, mantida pelo seus sucessores, assim como a tradicional cultura e venda de flores, exploração efectuada há vários anos nos jardins que se estendem frente à Quinta. Os anos sucederam-se, mas o Palácio-Quinta do Lameiro, continua assim a guardar cioso, todo o encanto de épocas passadas, mantendo as mesmas características rurais e manifestações artísticas que testemunham a vida e a cultura da família Oom.



Fachada da
Quinta das Laranjeiras
ou dos
Condes de Caria

QUINTA DAS LARANJEIRAS OU DOS CONDES DE CARIA

Próximo do Jardim Zoológico, na Estrada das Laranjeiras, ergue-se a Quinta do mesmo nome, também conhecida por Quinta dos Condes de Caria e cujo interesse histórico é, suficiente para considerar como importante conjunto palaciano da Freguesia de São Domingos de Benfica. A construção apalaçada que remonta a 1870, foi desde longa data e, por razões mal esclarecidas, conhecida por Quinta das Laranjeiras. Pode-se aceitar, no entanto, que se trata duma alusão às antigas laranjeiras existentes na zona e que a freguesia foi em tempos muito farta. Comprada por Fernando Victor Augusto Mendes de Almeida, natural de Celorico da Beira, casado com D. Maria Emília de Sacadura Freire Corte Real, a luxuosa residência integrava-se, então, numa vasta Quinta com jardim de buxos bem alinhados, tão ao gosto da época e um denso arvoredo, provido de espécies vegetais raras, dando assim a dimensão da ideia novecentista da arte de bem viver. Mantendo-se na posse de descendentes seus, beneficiou no decorrer dos anos de vultuosas obras de restauro, de que resultou a profunda transformação do conjunto a que os poucos vestígios históricos

dão uma nota de encanto e nobreza. Merecem olhar atento alguns dos elementos decorativos que resistiram, nomeadamente os azulejos em forma de roseta das antigas cavaliças e cocheiras, anexos indispensáveis das grandes casa e que, presente-mente, decoram o largo pátio de entrada. Na capela realizaram-se, com toda a pompa e circunstância, as festas religiosas e celebraram-se alguns casamentos. Por direito de herança, a Quinta foi propriedade do Eng^o Boaventura Mendes de Almeida, filho de um distinto oficial da Armada e colonialista, neto materno do 2.º Conde de Caria, Bernardo Homem Machado de Figueiredo de Abreu Castelo-Branco, fidalgo da casa Real, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, Juiz no Tribunal da Boa-Hora, tendo exercido ainda diversos cargos, entre eles o de Vice-Governador do Banco Nacional Ultramarino e várias vezes Deputado, além de ter sido o 1.º Presidente da União Velocipédica Portuguesa. Por ocasião de partilhas, parte do edifício transitou para a posse de Eduardo Correia de Sá, seu sobrinho, que ali estabeleceu durante alguns anos um Restaurante, entretanto encerrado.

Estrada das Laranjeiras e
Quinta das Laranjeiras ou
dos Condes de Caria inícios
do século XX



Estrada das Laranjeiras e Quinta das Laranjeiras
ou dos Condes de Caria - 2011

CHAFARIZES

CHAFARIZ DA CONVALESCENÇA



O Chafariz de Stº António da Convalescença constitui-se numa meia laranja em contraponto ao edifício do Convento – inícios do século XX

Enaltecendo a casa conventual e outrora detentor da função de abastecer água à população lisboeta, o Chafariz de Santo António da Convalescença é, incontestavelmente, um bem patrimonial da freguesia.

Numa provisão de 12 de Dezembro de 1791, a rainha D. Maria I mandou explorar, comprar e encanar as águas existentes nas proximidades das estradas das Laranjeiras e da Convalescença, para benefício da população.

Decidiu-se construir este Chafariz no ângulo oposto ao Convento da Convalescença, não existindo quaisquer documentos ou notícias que nos falem da interferência dos frades na construção ou planeamento do chafariz.

Foi grande o intervalo de tempo – vinte e seis anos – entre a data da provisão que o mandava erigir – 1791 – e a data da sua inauguração – 1817.

A obra importou em 18.961\$423 reis, soma avultada para o tempo. O chafariz beneficiou das proximidades dos palácios e conventos da zona e daí o seu aspecto citadino, num ambiente que teimava em conservar a aparência de subúrbio, apesar de enriquecido com a fuga dos nobres e da alta burguesia para a zona de São Domingos de Benfica, após o Terramoto.

O Chafariz da Convalescença é um dos belos exemplares dos chafarizes em meia laranja, assim chamados devido à sua forma côncava, encostados às paredes de palácios, conventos ou edifícios públicos.

Este monumento terá sido, possivelmente, do risco de Honorato José Correia, tratando-se de um belo exemplar arquitectónico,

neoclássico, com cornija acabada em vértice, adornada de uma flor de cardo, imitando um botaréu. Ostenta um brasão real de D. João VI e a inscrição “Real Obra de Agoas Livres. Anno 1817.”

Em baixo, encontra-se a tina ou bacia do chafariz, com bojo ligeiramente ondulado, mas com os bordos apenas arredondados nos cantos, de forma rectangular. Dois frades ou mourões enquadram e protegem esta bacia e outros dois encontram-se colocados junto às pilastras laterais da meia-laranja, protegendo assim as esquinas do imóvel dos rodados dos carros e carruagens que ali podiam estacionar ou dar a volta, servindo o convento fronteiro. Encontra-se protegido por um singelo gradeamento trabalhado.

Chafariz de Stº António da Convalescença - 2011





Chafariz de São Domingos de Benfica – 2011

CHAFARIZ DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Embora do domínio público, o Chafariz de São Domingos de Benfica nasceu da iniciativa de Gerard Devisme, burgês pombalino que dominou o comércio do pau-brasil até 1791.

Uma vez concluído o seu palácio em São Domingos de Benfica, Devisme pretendeu encanar para o palácio umas águas que havia descoberto e pago a suas custas, mas por interferirem na zona de protecção do Aqueduto das Águas Livres, a direcção da Junta de Administração das Fábricas do Reino e Obra das Águas Livres mandou ao seu meirinho que embargasse a obra. Estávamos então em 23 de Julho de 1784. Em 30 do mesmo mês mandaram-se os arquitectos das Obras Livres – então Reinaldo Manuel dos Santos e Francisco António Ferreira Cangalhas – inspecionar as obras e com base no parecer destes, logo a 4 de Agosto, a rainha decidiu conceder a Devisme o privilégio de fazer a obra, conquanto que esta passasse sob o aqueduto, para o que se tinha que abrir um novo arco, o que ficaria a cargo do comerciante.

Em troca desta obra Devisme acabou por construir um chafariz para uso público, muito embora não aproveitasse aí a água que tinha comprado, mas um anel da do Aqueduto das Águas Livres, que D. Maria tinha autorizado repartir para o chafariz.

Devisme usaria ainda para proveito próprio dos remanescentes. Esta situação deve ter criado alguma perturbação na Junta de Administração já que, apesar de decidida em 16 de Dezembro de 1786, só foi de facto implementada depois de 9 de Maio de 1788, e com a condição expressa de, em caso de falta de água, ser este chafariz sempre preterido em favor da rede normal.

Do ponto de vista arquitectónico o chafariz revela uma clara diferença em relação aos edificadas pelos arquitectos das Águas Livres, o que indica que Gerard Devisme não só custeou a obra, como a terá encomendado a um arquitecto da sua preferência. Encontra-se ligeiramente rebaixado em relação à actual estrada e integra-se plenamente nos muros da quinta, alinhando pela linha do topo, onde se abre em balaústres. Verticalmente, encontra-se dividido em três corpos definidos por pilastras rusticadas.

O corpo central, o do chafariz propriamente dito, é um pouco avançado e apresenta no seu eixo vertical um obelisco ladeado por duas urnas. No corpo do chafariz, uma tabela com lacrimários é a principal decoração acima dos dois golfinhos, de caudas entrelaçadas, que outrora jorravam água, recolhida numa pia rectangular, de recorte simples.

CHAFARIZ DAS LARANJEIRAS

Projectado pelos Arqs Honorato José Correia e Francisco Cangalhas, em 1810, é o resultado de um plano que, em 1791, mandava proceder à prospecção de água para a sua edificação. Segundo a história terá sido erguido pelo Barão de Quintela, fazendo de contraponto ao Palácio, sua propriedade, do outro lado da via. Abandonado o primitivo e original lugar foi então transferido para sítio mais conveniente, embora se veja dificultada a apreciação do chafariz mais rocaille de Lisboa, localizado numa das empenas de um conjunto de edifícios contemporâneos.

Chafariz das Laranjeiras, construído em frente
ao Palácio do Conde de Farrobo ou das
Laranjeiras – inícios do século XX



Chafariz das
Laranjeiras - 2011



BAIRRO



BAIRRO OPERÁRIO GRANDELLA

No início do século XX, Lisboa cresce na sua riqueza, no seu território e na diversidade das suas gentes. Novas populações povoaram a cidade, que as recebeu caoticamente explorando uma mão-se-obra rural e abrigando-a indignamente. Eis o quadro de uma Lisboa que se adivinhava feia e insalubre coabitando com uma próspera burguesia, cujos valores estéticos se evidenciavam nos palácios e casas solarengas que bordejavam as principais avenidas da capital.

Zonas como Xabregas, Beato e Benfica, até então povoados rurais e espaços destinados ao veraneio dos mais abastados, passam a acolher os operários de pequenas e médias indústrias que, por essa altura, se instalam nas periferias da capital.

É neste contexto que deve ser entendida a atitude de Francisco de Almeida Grandella ao instalar na antiga Quinta dos Loureiros, em São Domingos de Benfica, o bairro operário, ao qual deu o seu nome. Francisco de Almeida Grandella (Aveiras de Cima 23/07/1853 – Foz do Arelho 20/09/1934) foi um dos muitos portugueses

▲ Vista do Bairro Grandella – inícios do século XX

◆ Vista do Bairro Grandella - 2011

que se estabeleceram na capital na segunda metade de oitocentos, sendo o seu percurso marcado pelo sucesso.

A sua formação cultural e política, fortemente influenciada pelos ideais e princípios maçónicos, foi determinante no modo como conduziu a sua vida.

Grandella integrou-se na corrente mais esclarecida da classe capitalista, o que se reflectiu na organização do seu poder económico, caracterizado pelo controlo dos meios de produção, transformação e comercialização.

As fábricas e o bairro operário de beneficência fariam parte deste complexo industrial e comercial monopolista, associando unidades fabris – que abasteciam os armazéns da Rua do Carmo – à habitação para os trabalhadores.

Saliente-se que, nos finais do século XIX, quando Grandella adquiriu a propriedade, esta era ainda uma área periférica, de características rurais, marcada pela existência de hortas, quintas e casas de veraneio de famílias abastadas.

Localizado na Estrada de Benfica, entre os n.ºs 417 e 419, o Bairro Grandella foi edificado entre 1902 (quando é desencadeado o processo) e 1910 (data da conclusão das bandas das vivendas), sob a responsabilidade de João Pedro dos Santos, o João Calor, empreiteiro e construtor que dirigiu várias obras de relevo em Lisboa, no início do século.

Constituído por três alas paralelas entre si e perpendiculares à Estrada de Benfica, o bairro apresentava três tipos diferentes de habitações que correspondiam a uma posição social específica na organização Grandella. Dessa forma as habitações de dimensões mais reduzidas eram ocupadas pelos operários. As casas, de características semelhantes ao anterior destinavam-se aos funcionários superiores das fábricas e, por último, as vivendas unifamiliares eram reservadas aos empregados dos Armazéns Grandella, que poderiam utilizar o comboio da linha de Sintra nas suas deslocações para o emprego, dada a proximidade da estação de São Domingos de Benfica.

Destinada essencialmente aos operários das Fábricas Grandella e aos empregados dos seus armazéns, este núcleo habito-industrial (onde se produziam malhas, lanifícios, móveis de ferro, loiças e perfumaria) visava em termos pragmáticos dar uma resposta ao problema da carência habitacional e, simultaneamente concentrar os funcionários junto do local de trabalho.

Em contraste com as restantes construções surgem os edifícios voltados para a Estrada de Benfica, destinados a equipamento de apoio social do bairro, aí funcionando a creche e a escola primária, o que reflecte a grande importância dada por este filantropo, à instrução e educação da população em geral.

Quer a creche quer a escola continham motivos arquitectónicos de inspiração maçónica, com fachada de colunas encimadas por um enorme frontão triangular, contendo a grande “estrela rutilante” de cinco pontas, cercada de louros, a divisa do Grandella “sempre por bom caminho e segue”.

A descaracterização do bairro acelerou-se nas décadas de 60 e 70 do século XX, com a demolição das fábricas e armazéns implantados no espaço envolvente, bem como das vivendas da ala poente da antiga Avenida dos Empregados do Armazém Grandella, que foram substituídas por blocos habitacionais

de vários pisos. Após o 25 de Abril de 1974, a antiga escola primária nº 77 foi ocupada por uma comissão de moradores que aí instalou uma creche, designada como Jardim Infantil O Povo, reutilização que permitiu a preservação do imóvel.

O restante património do bairro foi sendo deixado ao abandono até data recente, quando se efectuaram obras de recuperação e conservação das habitações. A antiga creche (onde em tempos também funcionou uma fábrica de bonecas), foi recuperada e reutilizada para fins culturais, funcionando hoje a Biblioteca – Museu República e Resistência que dispõe de um vasto núcleo museológico e bibliográfico dedicado à República e aos seus valores políticos e morais, durante o Estado Novo.

Possuindo 86 fogos, este sugestivo bairro lisboeta foi classificado como Imóvel de Interesse Público pelo decreto de 25 de Junho de 1984.



◆ Frontão triangular, com a divisa do Grandella “Sempre por bom caminho e segue”

Edifício da Biblioteca –
Museu República e
Resistência, no
Bairro Grandella



TEATRO

TEATRO THALIA OU DAS LARANJEIRAS

Ao Palácio sumptuoso, de salas amplas, magníficas, de paredes valorizadas por quadros de autores famosos nacionais e estrangeiros, mobilado com gosto e repleto de objectos de primorosa escolha, faltava um teatro. Joaquim Pedro Quintela supre a falta. Manda construir, em 1820, em frente da fachada norte do Palácio das Laranjeiras, o gracioso Teatro Thalia.

O nome Thalia representa simultaneamente três figuras mitológicas – uma das Nereidas, uma das três Graças e uma das nove Musas – mas seria esta a eleita, pois era a que supostamente tornava a vida agradável aos homens, presidindo aos Banquetes, ao Canto e à Música.

Guarnece-lhe a fachada principal, um elegante e espaçoso perístilo sustentado por quatro colunas de mármore branco, de ordem toscana. Prolongam-se os plintos por quatro pedestais, que avançam do perístilo e sobre os quais descansam várias esfinges em mármore, figuras fabulosas com rostos e bustos de mulheres e corpos de leões, deitados e apoiados sobre as patas. Remata o frontão triangular de tímpano liso, a estátua de Érato, musa que preside à poesia lírica, esbelta e bem modelada, lira segura na mão esquerda e apoiada na coxa do mesmo lado.

Sob o tímpano, o Teatro Thalia ostentou em tempos a frase latina “*Hic Mores Hominum Castigantur*” (Aqui serão castigados os costumes dos homens);

expressão alusiva ao teatro satírico.

Seria um belíssimo teatro ou sala de espectáculos em Lisboa, e de dimensão ideal, pois comportava 560 espectadores, com um palco de 243 metros quadrados, luxuosos camarins e com um salão de baile de paredes revestidas com espelhos de Veneza.

Em 1842 beneficiou de um restauro, seguindo o traço de Fortunato Lodi e foi iluminado a gás, o que constituiu uma grande inovação para a época na Capital.

Em 9 de Setembro de 1862, um incêndio casual consumiu totalmente este pequeno templo de arte. Há mais de 150 anos em degradação, vítima da inevitável acção do tempo, era uma ruína memorável, a evocar dos seus escombros o fausto de uma época de incomparável esplendor.

Porém, o projecto de requalificação e reabilitação do Teatro Thalia frequentado pela corte e pela nobreza lisboeta do século XIX era há muito reivindicado pelos munícipes e instituições da Capital.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, na salvaguarda do património nacional deu início em Maio de 2009 ao Projecto de Requalificação do Antigo Teatro Thalia, com o objectivo de proceder à recuperação do edifício que se encontrava em total estado de ruína.

Revelar o passado para protagonizar o futuro ou pelo menos o presente nas suas diversas matizes, são os principais objectivos da requalificação em curso.

Teatro Thália ou das Laranjeiras – inícios do século XX



MUSEU



Museu da Música,
na Estação do
Metropolitano do Alto
dos Moinhos

MUSEU DA MÚSICA

As origens históricas do Museu da Música incluem a história de inúmeras personalidades que, ao longo dos anos, foram reunindo colecções, procurando espaços adequados para as albergar e estudar com o objectivo de lhes dar uma maior visibilidade. Mas a sua verdadeira génese remonta a 1911 quando o musicólogo Michel'angelo Lambertini recebe a incumbência de reunir colecções dispersas por várias instituições, o acervo das Sés, dos Paços Reais e dos Paços Episcopais. Inspirado pelas correntes artísticas europeias que, desde a segunda metade do século XIX, preconizavam a divulgação generalizada dos objectos de arte até então existentes em colecções particulares, Michel'angelo Lambertini é nomeado pelo governo para iniciar a recolha em edifícios públicos e religiosos, de instrumentos musicais, fundos documentais e iconografia musical, património disperso em consequência do encerramento dos conventos femininos e arrolamento dos seus bens após a morte da última freira da cada comunidade. Reúne assim uma colecção de instrumentos musicais, de várias proveniências, com o objectivo de os disponibilizar ao público, deixando bem latente no imaginário das comunidades a forte convicção da necessidade da criação de um Museu Instrumental em Portugal.

Contudo, rapidamente o ideólogo, o mentor, o musicólogo se depara com algumas dificuldades que o levam a reequacionar o projecto, procurando a ajuda de particulares. Recorre a António Carvalho Monteiro, também coleccionador, para que adquirisse a colecção Keil, uma das maiores e mais ricas da altura, em perigo de sair para o estrangeiro. Carvalho Monteiro cede um espaço para acomodação dos espécimes organológicos, num edifício da Rua do Alecrim, onde se reúnem as colecções Lambertini, Alfredo Keil e Carvalho Monteiro.

Com as mortes de Carvalho Monteiro e de Lambertini, o projecto de criação do museu instrumental fica adiado. Como consequência, o acervo reunido na Rua do Alecrim permanece em completo abandono, até que, em 1931, Tomás Borba, conservador do então Museu e Biblioteca do Conservatório Nacional, o redescobre. Mais tarde, os instrumentos que se encontravam no Palácio da Ajuda e que haviam pertencido ao rei D. Luis, juntam-se a estas colecções.

A partir de 1946, com a reabertura do Conservatório após obras de melhoramento, o museu é inaugurado oficialmente, conhecendo um período de desenvolvimento da vertente museológica, com a preocupação da divulgação e acesso por parte do público.

O Museu teve uma existência relativamente tranquila até finais de 1971, ano marcado pelo início das reformas pedagógicas investidas na Educação pela Arte que depressa o remeteram para segundo plano de prioridades. A necessidade de espaço leva o Conservatório Nacional a transferir as colecções do Museu

para o Palácio Pimenta, onde permaneceram até nova ordem de transferência em 1975, por decisão do Ministério da Educação Nacional, desta vez, para a Biblioteca Nacional.

Correspondendo à vontade da direcção da Biblioteca Nacional, que alegava falta de espaço, as colecções são novamente transferidas, desta feita para o Palácio Nacional de Mafra, onde permaneceram até à abertura do museu no Alto dos Moinhos.

O Museu da Música abriu as portas no dia 26 de Julho de 1994, como resultado do encontro entre o então Instituto Português de Museus (IPM) e um “Mecenas Institucional”, o Metropolitano de Lisboa, que aceitou protagonizar uma acção de cooperação com o mundo da cultura, disponibilizando um espaço na estação de metropolitano do Alto dos Moinhos.

O Museu possui colecções de valor histórico e organológico reunindo mais de 1000 instrumentos musicais de diversas proveniências, compreendendo cinco séculos de artesanato instrumental, sobretudo europeu, mas também africano, asiático e americano, de tradição erudita e popular, além de vários fundos documentais, iconográficos, fonográficos e gráficos. Certos exemplares são únicos, outros são raros ou são de valor incalculável. Outros ainda são importantes porque evocam a memória dos seus proprietários, personalidades marcantes da vida cultural portuguesa e europeia, como a trompa de Marcel-Auguste Raoux, fabricada para o Conde de Farrobo ou o violoncelo de Antonius Stradivari que pertenceu ao Rei D. Luis.

INSTITUIÇÕES DIVERSAS

JARDIM ZOOLÓGICO DE LISBOA

A inauguração do Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal teve lugar em São Sebastião da Pedreira, no dia 28 de Maio de 1884 e foi, com efeito, um acontecimento de grande relevo nacional.

Foi por patrocínio de D. Fernando II de Saxe-Coburgo que a ideia da constituição do Jardim avançou, primeiro por iniciativa do médico holandês Van der Laan que vindo em 1869 para Portugal, em busca de um melhor clima para os seus pulmões doentes, dedica-se a formar uma colecção de aves, reunindo espécies preciosas; logo seguido do famoso médico português, Sousa Martins.

A Família Real, cujo dedicado concurso para a fundação fora assim precioso, compareceu em peso à cerimónia de inauguração. Entre os sócios-fundadores contava-se o rei D. Luis e D. Fernando que foi seu primeiro Presidente de Honra. Estiveram presentes também o príncipe D. Carlos e o infante D. Augusto. Quase todo o Governo presidido então por Fontes Pereira de Melo, acompanhou os régios visitantes. O Ministro da Marinha e Ultramar, no momento da fundação, era o sábio naturalista Barbosa du Bocage, que fazia parte da comissão iniciadora. No ministério das Obras-Públicas, estava então António Augusto de Aguiar, também sócio-fundador do Jardim.

A imponente cerimónia, seria largamente publicitada na imprensa. Dizia o Diário de Notícias de 29 de Maio, isto é; no dia seguinte ao da abertura solene do Jardim: “Foi, com efeito, ontem, a inauguração deste Jardim, com uma concorrência tão extraordinária, que excedeu o que razoavelmente se poderia esperar num dia de semana (...) vai-se animando Lisboa; vai entrando com a sua actividade e com o seu entusiasmo na participação das cousas úteis

Torreões da entrada do Jardim Zoológico,
virada para a Estrada de Benfica – Inícios do século XX



e proveitosas, e mostrando que não lhe são indiferentes os esforços empregados, as dificuldades vencidas, para realizar certos melhoramentos, que são preenchimento de lacunas numa cidade de primeira ordem de uma nação culta.”

Os circunstanciados e entusiásticos artigos, escritos à maneira do tempo e publicados em diversos jornais, constituem na verdade, a principal fonte de informação para a história do Jardim.

Em 1892, por morte dos proprietários do Parque de S. Sebastião da Pedreira, os seus herdeiros informaram a Direcção de que “*findo o prazo da escritura da concessão não renovaria esta e tomaria posse imediata do Parque*”. Sucedia o que não tinha deixado de se prever.

Assim, em 13 de Maio 1884, lá se fez a mudança, um pouco atribulada do Jardim para uns terrenos escalvados em Palhavã (onde passa hoje a Av. de Berna), delineados e arborizados à pressa. A nova instalação numa charneca era o oposto do aprazível parque que acolhera o Jardim nos dez primeiros anos de vida.

O ano de 1904 marca um virar decisivo na história do Jardim. Nele se resolveu a mudança para as Laranjeiras, ou seja, desta vez, o lugar privilegiado para seu poiso definitivo. Trata-se pois, de um feliz desfecho no problema da localização do Jardim.

A inauguração do Jardim Zoológico, na parte mais grandiosa e histórica da Quinta das Laranjeiras, velho e lendário domínio do Conde de Farrobo, fez-se em 28 de Maio de 1905.

Resistindo heroicamente a todas as contrariedades e dissabores, o Jardim assentava arraiais num lugar privilegiado, de cativante beleza, “*Entrando-se, defronta-se com uma larga avenida, ornamentada de plantas, estátuas, lago e obelisco, que dá ao visitante uma sensação de grandeza...*”

Este seria pois, um acontecimento festivo com o qual se congratulou o País inteiro que via na prestigiada instituição, um polo insubstituível de recreio e cultura popular, sem dúvida o mais aprazível centro de diversões da capital, paraíso para a curiosidade e divertimento das crianças.

O Jardim Zoológico veio a conhecer depois um período difícil de que veio a recuperar na década de 80, em parte devido à grande afluência de público que se habituou a ver no Zoo uma instituição de grande utilidade lúdica e cultural.

A maior parte das actuais instalações do Jardim devem-se ao traço e imaginação do arquitecto Raul Lino, cuja obra, iniciada em 1912 e prosseguida no decurso de 53 anos, é visível em todo o Jardim: os torrões das entradas de Benfica e Sete- Rios, a Aldeia dos Macacos, o Solar dos Leões, são apenas alguns exemplos.

No decurso da sua longa existência, foram numerosas as individualidades que pugnaram pela sua valorização técnica, cultural e estética. É de justiça registar o nome do benemérito Prof. Dr. Fernando Emygdio da Silva durante muitos anos presidente da direcção do Jardim Zoológico e a quem se deve o grande desenvolvimento desta instituição.



Entrada do Jardim Zoológico, em Sete-Rios - 2011

O Jardim Zoológico é notável pela sua extensão, pela beleza arquitectónica, mas sobretudo, pelas interessantes colecções de espécimes Zoológicas que o povoam. O Jardim possui uma das mais completas colecções zoológicas de todo o mundo, com mais de 2000 animais, distribuídos por cerca de 380 espécies. Nos últimos anos, o Jardim Zoológico iniciou um ambicioso programa de melhoramento e valorização geral. As novas estruturas e espaços ali existentes potenciaram a sua tripla vocação de parque de diver-

sões, espaço pedagógico e centro de investigação universitário, tornando-o, sem dúvida, no mais aprazível centro de diversões da capital.

O Jardim Zoológico é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, constituída por escritura de 5 de setembro de 1883 e considerada Instituição de Utilidade Pública por Decreto - Lei de 12 de Março de 1913 e à qual foi posteriormente atribuída a Medalha de Ouro da cidade de Lisboa, em 1952.



SPORT LISBOA E BENFICA

No início do século XX, em Belém, área aristocrática da cidade de Lisboa, reuniam-se frequentemente, para jogar futebol, vários rapazes de algumas das melhores famílias do bairro, quase todas vizinhas de um estabelecimento da Rua Direita – a Farmácia Franco. A este grupo, conhecido por “Catataus” – composto pelos irmãos Rosa Rodrigues e amigos – foram-se juntando antigos alunos da Real Casa Pia, dos Jerônimos e que procuravam continuar a praticar futebol, desporto em que se iniciaram como alunos da instituição. Após um jogo bem sucedido, entenderam, num almoço realizado no “Café do Gonçalves”, que só com jogadores portugueses podiam fazer um bom clube de futebol. Seguiu-se um período em que se começou a pensar mais seriamente na criação de um novo clube. Escolheu-se o nome: Grupo Sport Lisboa; as cores do uniforme: vermelho e branco, por comunicarem alegria, colorido e simbolizarem a vivacidade da luta desportiva; o emblema: desenhado com base na águia, por ser uma ave altaneira, símbolo da elevação de propósitos e do espírito de iniciativa do Clube. Escolheu-se também a divisa: “*E Pluribus Unum*”,

Estátua do Eusébio no Estádio do Sport Lisboa e Benfica

como apologia da união e do espírito de família que caracterizou a criação do Clube.

Devido a problemas financeiros, vários jogadores da primeira equipa abandonaram o Benfica para o mais abastado Sporting, o que contribuiu para a fusão do Sport Lisboa com o Grupo Sport Benfica. Nascia assim, em 13 de Agosto de 1908, a nova denominação do clube que ficou assim: Sport Lisboa e Benfica.

A sede é transferida para o Beco Visconde Sanches Baena e o campo de jogos passa a ser o da Quinta de Feiteira (em frente à Igreja de Benfica) e o número de associados aumenta para 276.

Contudo, as dificuldades mantêm-se. Nestes primeiros tempos, o Benfica salta de campo em campo: em 1913 muda-se para Sete-Rios, mas devido à elevada renda, quatro anos depois o clube vê-se obrigado a mudar para o campo de Benfica, onde em 1919 efectua, pela 1ª vez em toda a península ibérica, jogos nocturnos. Em 1925 o Benfica compra uns terrenos nas Amoreiras e fica pela 1ª vez proprietário de um estádio, com capacidade para 15.000 espectadores, considerado na época um dos maiores da Península Ibérica. É neste estádio que o Benfica conquista os primeiros títulos nacionais.

Entretanto, já o Benfica tinha criado as secções de Hóquei em Patins, Hóquei em Campo, Râguebi, Basquetebol, Andebol, Bilhar e Voleibol.

Os primeiros campeonatos nacionais de futebol arrancam em 1935 e após perder a 1ª edição, o Benfica vence as três seguintes. Em 1940 o Benfica vence a sua primeira Taça de Portugal.

No ano seguinte, o Benfica volta a mudar-se, desta vez para o Campo Grande, inaugurado com um imenso desfile dos atletas do clube. É neste campo que o Benfica luta contra o domínio do Sporting.

Após a Segunda Guerra Mundial, a época de 1949/50 simbolizou a aposta do clube nos destinos europeus. O Benfica conquistou então o Campeonato Nacional e a Taça Latina.

Em 1954 chega um momento vital na História do clube: com a larga contribuição de muitos associados e simpatizantes, o Benfica inaugura o Estádio do Benfica (na altura designado por Estádio da Luz), de princípio com capacidade para 30.000 espectadores, onde jogaria até 2003.

Na época de 1960/61, mais propriamente a 31 de Maio de 1961, o Benfica obteve a sua primeira vitória europeia, contra o Barcelona, na Taça dos Clubes Campeões Europeus, título que renovou na época seguinte, em 1961/62, num jogo disputado com o Real Madrid. Jogadores como Costa Pereira, Neto, Cruz, Águas, Coluna Cávem, Simões e Eusébio, entre outros constituíram a equipa que levou o Benfica às vitórias europeias.

Eusébio, o “Pantera Negra” considerado um dos melhores jogadores europeus de sempre, tornou-se quase uma instituição quer do Benfica, quer de Portugal. A sua estátua é da autoria de Domingos Soares Branco.

Nesta época deu-se a expansão da polivalência desportiva do clube, que conquistou títulos nacionais noutras modalidades como: atletismo, hóquei em patins, basquetebol e o ciclismo.

Em 72/73 o Benfica torna-se no campeão mais perfeito da História do futebol Português: 28 vitórias, 2 empates, 0 derrotas, 101 golos marcados, apenas 13 sofridos. O 1º campeonato invicto da História do futebol Português.

Na década de 90, na época de 90/91, o Sport Lisboa e Benfica, com a equipa de futebol, vence o Campeonato Nacional de Futebol e obtém êxitos na natação, no hóquei, no ténis feminino e no voleibol.

Em 92/93 a equipa de futebol do Benfica vence a Taça de Portugal e na época seguinte, vence o seu 30º Campeonato de Futebol, sendo semi-finalista na Taça das Taças.

No novo milénio, mais precisamente em 2003, no dia 25 do mês de Outubro, o Benfica inaugura o novo Estádio da Luz, com capacidade para 65 000 pessoas e que foi escolhido para palco da final do Euro 2004. O S.L.Benfica é o clube português com mais Campeonatos (33), Taças de Portugal (24) e Taças da Liga (2)

Ao longo da sua história, o Sport Lisboa e Benfica recebeu do Governo e de outras Entidades Públicas vários títulos e condecorações, nomeadamente: Instituição de Utilidade Pública, Comendador da Ordem Militar de Cristo, Oficial da Cruz de Benemerência, Cruz Vermelha de Benemerência, Medalha de Ouro e Mérito Turístico, Medalha de Mérito desportivo, Medalha de Ouro da Cidade de Lisboa e Medalha da Ordem do Infante D. Henrique.

O Sport Lisboa e Benfica dá lugar ao espectáculo, à animação, ao comércio e ao lazer. É mais do que um centro ou um ponto de encontro de muitas actividades, é uma catedral de emoções, para serem vividas com a família e amigos.

O COMPLEXO DESPORTIVO, PARA ALÉM DO FUTEBOL.

Constituído por dois pavilhões e uma piscina, o complexo desportivo dedica o seu espaço à prática de outras modalidades desportivas, profissionais e amadoras, para além do futebol.

O HEALT CLUB, A FORMA DE SER BENFIQUISTA

O moderno e espaçoso Healt Club reparte-se por 3 pisos distintos, possuindo uma piscina interior e proporcionando as mais variadas actividades.

Estádio do
Sport Lisboa e Benfica



O MUSEU DO BENFICA, A GLÓRIA DE UM CLUBE

Ostenta a dimensão do longo e rico historial do Sport Lisboa e Benfica com uma sala polivalente para albergar exposições temporárias. O Museu é um espaço de pura interactividade entre o passado e o presente da história do clube e de todos os benfiquistas

RESTAURANTE PANORÂMICO E BARES, PARA SABOREAR AS VITÓRIAS

O restaurante panorâmico está dividido por 2 pisos e nele se pode saborear os recentes triunfos benfiquistas. Nos dias de jogo estão ainda abertos ao público cerca de 55 bares, distribuídos por 3 anéis do estádio, que oferecem a todos um serviço de grande qualidade.

A ZONA COMERCIAL

Envolvente ao estádio, esta oferece um vasto leque de serviços que vão desde a tradicional restauração aos mais variados tipos de lojas, para que a família e amigos convivam com o que de melhor existe.

A MEGASTORE DO BENFICA

O Benfica dispõe de um espaço que espelha a sua real dimensão e força comercial, confirmando a marca Benfica como a mais triunfante das insígnias.

Como curiosidade refira-se que a Águia localizada à porta do Estádio da Luz é da autoria do escultor Domingos Soares Branco.

INSTITUTOS



INSTITUTO DOS PUPILOS DO EXÉRCITO

O Instituto dos Pupilos do Exército foi fundado nos alvares da República em Portugal, a 25 de Maio de 1911, com o objectivo de ajudar socialmente na educação e formação dos filhos varões de sargentos e praças das Forças Armadas, e *formar cidadãos úteis à Pátria*. Tinha a designação de Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar e nele se depositava muito do sentido regenerador social que marcou o início do século XX.

Foi seu fundador o General António Xavier Correia Barreto, à época Ministro da Guerra e ainda com a patente de Coronel. Homem invulgar, Correia Barreto foi, para além de um militar de eleição, político republicano que exerceu por três períodos diferentes a função de Ministro da Guerra, foi Senador e Presidente do Senado e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Edifício principal da 2ª Secção do IPE,
na Estrada de Benfica

Ao longo da existência do IPE, os seus planos de estudos sofreram sucessivas reformas, para melhor se poderem adaptar às necessidades e realidades do Exército e do País.

Tais reformas, porém, sempre tiveram presentes quatro aspectos característicos deste instituto, dignos de relevo:

1. A coexistência de vários cursos e de diferentes níveis de ensino;
2. A equiparação, para todos os efeitos, dos cursos ministrados aos correspondentes cursos dos estabelecimentos civis de ensino.
3. A instrução militar, ministrada em função da idade e/ou preparação académica
4. O papel importante da educação física no desenvolvimento global dos alunos

As bases fundamentais da educação no Instituto integram-se na missão educativa da família e do Estado, nos termos da Constituição, devendo nelas estar compreendido o ensino e a prática da doutrina e moral cristãs. Constitui preocupação dominante do Instituto formar o carácter dos alunos, cultivar-lhes

os sentimentos patrióticos e iniciá-los na prática das virtudes e deveres militares. O gosto pela disciplina e a criação do espírito de decisão, lealdade e responsabilidade, de obediência e de sacrifício, constituirão cuidado especial dos educadores.

Ao longo dos seus anos de vida, o Instituto Militar dos Pupilos do Exército desenvolveu uma acção altamente valiosa, educando e ensinando milhares de cidadãos que, na vida prática, têm grangeado prestígio e credibilidade à instituição que os formou, acção essa que já mereceu ser distinguida com várias condecorações:

- Comendador da Ordem de Instrução Pública (Decreto de 5 Agosto 1953)
- Comendador da Ordem Militar de Cristo (Decreto de 14 Outubro 1957)
- Membro Honorário da Ordem Militar de Santiago de Espada (Alvará de 7 Maio 1981)
- Membro Honorário da Ordem Militar de Avis (Alvará de 6 Maio 1988)
- Medalha de Ouro de serviços distintos (portaria nº 231 de 14 Outubro 1996)

O Instituto dos Pupilos do Exército é um estabelecimento militar de ensino em que é ministrado o Ensino Básico (2º e 3º ciclos) e o Ensino Secundário, a par de actividades militares, físicas e culturais. Funciona em regime de:

- Internato (apenas para os jovens do sexo masculino)
- Externato

Embora integrado na tutela do Exército Português, os seus Cursos são, para todos os efeitos considerados equivalentes aos cursos correspondentes do ensino oficial do Ministério da Educação.

O Instituto dos Pupilos do Exército é, a par do Colégio Militar e do Instituto de Odivelas, uma das três escolas dependentes do Exército, e é frequentado por alunas e alunos filhos de profissionais da classe militar bem como de civis.

A Primeira Secção do IPE está situada na Travessa de S. Domingos de Benfica, em espaços que fizeram parte do Convento de S. Domingos e onde, se ergueu o paço Real de Benfica. Das suas instalações salienta-se, entre outras: Pavilhões com salas de aula, de estudo e laboratórios, instalações do Corpo de Alunos, Campos desportivos polivalentes, a Piscina, o Tanque de Remo, o Museu e Sala do Patrono (D. João de Castro), o Claustro Conventual e a Capela dos Castros e o Claustro Interior (Pátio das Cantigas).

A Segunda Secção situa-se num troço da Estrada de Benfica, outrora Quinta da Alfarrobeira. Estão aqui instalados a Direcção do Instituto, Serviço Escolar e outros serviços, pavilhões de aulas, biblioteca,

anfiteatro, laboratórios, oficinas e um Pólo Desportivo, composto por Pavilhão Gimnodesportivo, campos de jogos e um extenso parque de recreio.

Os alunos do IPE são conhecidos por “Pilões” e usam um uniforme cerimonial de cor azul, com um vistoso penacho branco na barretina.

O IPE tem como patrono D. João de Castro, herói da gesta das Índias que foi o 13º Governador e 4º Vice-Rei da Índia e cuja sepultura está na capela do Instituto.

O lema do Instituto é, desde a sua fundação “*Querer é Poder*”. Esta divisa, incitadora de convicções profundas, tem sido uma bandeira que os alunos e antigos alunos dos Pupilos do Exército têm empunhado com veemência, sendo-lhes reconhecida publicamente essa capacidade de trabalho e de realização.

O Instituto dos Pupilos do Exército comemora no corrente ano o seu primeiro centenário, firme na certeza de que no espaço de um século formou com qualidade e com rigor milhares de cidadãos.

Comemoração do 100º Aniversário
do IPE – 25 de Maio de 2011



OUTRO PATRIMÓNIO

ALTO DOS MOINHOS

Se é certo que os moinhos como elementos ornamentais e valorizadores da paisagem têm sido desde sempre motivos de inspiração para artistas, justo é que sejam também considerados verdadeiros monumentos no quadro do nosso património histórico, tecnológico e humano e, como tais, merecedores de respeito e estudo.

A referência a moinhos em vários topónimos de Lisboa evoca quase sempre apenas a sua antiga localização. Ao contrário, no Alto dos Moinhos ainda existem dois desses exemplares, abrangendo magnífico panorama e a merecerem recuperação e revitalização.

O local do Alto dos Moinhos que antes era apenas mais um local com moinhos nesta região ficou “celebrizado” pela abertura da estação do metropolitano com esse nome. A zona confina com a velha e comprida Estrada de Benfica e alarga-se até à Estrada da Luz, esta mais recente, lugar apenas desde o século XVIII. O categorizado pintor francês Antoine Apuriel du Prontreau Noel que esteve em Lisboa em 1792-93 deixou-nos uma representação do Alto dos Moinhos, com os seus dois moinhos, visto do outeiro fronteiro, no século XVIII. O pintor esteve hospedado na Quinta Gerard Devisme, em São Domingos de Benfica e pintou para o seu anfitrião algumas obras, entre as quais bonitas perspectivas das suas propriedades.

É também interessante lembrar o grande escritor dinamarquês Hans Christian Andersen, que em 1866 esteve alojado na Quinta do Pinheiro, situada perto de Sete-Rios, junto à actual embaixada dos Estados Unidos da América. Andersen, a propósito do panorama que abarcava da quinta, escrevia. *“A vista estende-se por todo o redor, sobre verdes montes e vales... Pequenos campos de milho surgem por entre as muitas quintas... à volta, entre as searas crescem oliveiras... A oeste os montes no horizonte estão salpicados de pequenos moinhos-de-vento, ao lado uns dos outros, formando como que uma perfeita linha de fortificação. Um pouco mais para Sul ergue-se a pitoresca serra de Sintra...”*

O principal acesso ao Alto dos Moinhos era até há uns anos feito pela antiga azinhaga dos Soeiros, actual Cidade de Rabat.

O primeiro chalet a ocupar a zona de hortas que era o topo do Alto dos Moinhos data de 1934. O seu proprietário, Engº João Correia de Magalhães Figueiredo, foi o autor desta nova designação do local por ele pedida à Câmara Municipal de Lisboa, em substituição da anterior Caminhos dos Moinhos, nome da ladeira de terra batida que ligava a velha Rua dos Soeiros aos centenários dois moinhos, tendo a rampa sido calçada por essa época, enquanto chegavam a água e a electricidade. É interessante referir que nesta Vivenda S. João, Alto dos Moinhos nº 10, passou temporadas

o escritor António Sérgio, tio dos proprietários, sendo também visita assídua outro tio, o mestre escultor João da Silva.

O outeiro do Alto dos Moinhos escorria para nascente até à zona da Cruz da Pedra, para Sul sobre a Estrada de Benfica, para Oeste através das Quintas Nova da Conceição e do Beau-Séjour. Para Norte, o Alto dos Moinhos abarcava essencialmente hortas e outras propriedades, entre as quais a Olaria da Viúva Sanches e antiga Quinta das Laranjeiras do Conde de Farrobo.

O Alto dos Moinhos era há uns quarenta anos, local aldeão, com os “Tios” Maria e Inácio moradores do moinho; com o Senhor Antunes e o Zé das “Campainhas”, respectivamente das quintas do Conde de Bonfim e do Beau Séjour, onde ia buscar o leite, com os rebanhos, os burros; com as quintas e hortas que forneciam legumes, frutas e flores. Em suma, um local bucólico. Na freguesia, além dos dois moinhos do Alto dos Moinhos só se conhece actualmente um outro, quase arruinado, o Moinho das Cruzes, no Sítio do Calhau.

Duas perspectivas do Moinho em ruínas, existente no Alto dos Moinhos



ESTAÇÕES DO METROPOLITANO

Totalmente remodeladas e dotadas de acessos vários que proporcionam um grande conforto aos utentes, abrigando-os do trânsito caótico da superfície, as estações do Metropolitano de Lisboa deixaram para trás aquela imagem escura, dividida entre o vermelho e o cinzento.

À medida que a rede aumenta, as estações transformam-se mostrando com brilhantismo e requinte como é possível aliar o antigo ao moderno e mais uma vez

o azulejo português aparece em toda a sua plenitude decorativa dando a conhecer aos lisboetas diferentes artistas portugueses. Quando se fala de Metro, ocorrem agora às nossas mentes esculturas e pinturas, cores e lugares iluminados, onde chega a ser um prazer perder tempo à espera do comboio, enquanto se vive com a cultura.

A localização geográfica, a história da cidade e as referências culturais dos artistas servem de inspiração aos painéis que decoram o espaço do metropolitano.

Serão necessárias muitas viagens ao longo das estações do metropolitano para descobrir e reflectir sobre cada pormenor da sua decoração. Adequando-se ao movimento rápido da deslocação dos passageiros, os artistas criaram uma continuidade de imagens interligadas oferecendo um dinamismo próprio à circunstância breve dos olhares.

O Metro tornou-se num verdadeiro museu de arte contemporânea. Um lugar em que andando de estação em estação, é como andar de uma sala para a outra, de um qualquer enorme Museu. Pode assim acrescentar na sua agenda cultural, mais um local de visita obrigatória: as “galerias do metropolitano”, exposição permanente, pública e gratuita de obras dos mais conceituados pintores e escultores portugueses.

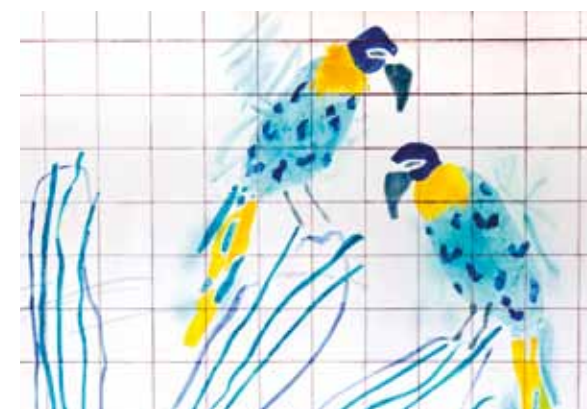


Perspectiva da Estação do Metro de Sete-Rios

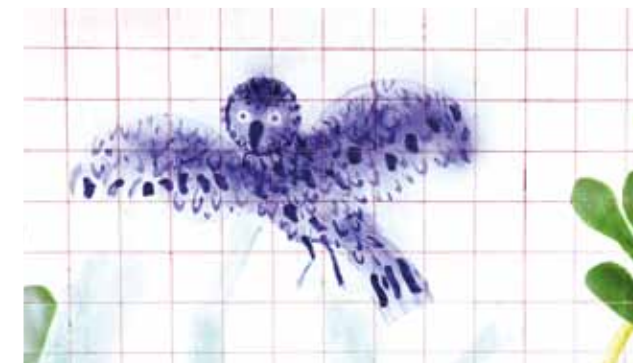
SETE-RIOS

Foi precisamente a proximidade do Jardim Zoológico, que inspirou o Mestre Júlio de Resende na remodelação artística desta estação, efectuada em 1995.

A natureza, a fauna e a flora tropicais foram os temas escolhidos pelo autor. O resultado é um desfile de animais e plantas nas paredes e no chão como se tivessem saltado do Jardim Zoológico para a estação, numa ambiência de floresta tropical, alegre e exuberante. No chão de calçada à portuguesa “crescem” plantas e flores e sinuosas cobras orientam os passageiros no seu percurso até ao cais.



Painéis de azulejo com representação de animais na Estação do Metro de Sete-Rios



Painéis de azulejo na Estação do Metro das Laranjeiras



LARANJEIRAS

Situada na linha do Colégio Militar-Luz, a Estação das Laranjeiras tem a intervenção artística do pintor Rolando Sá Nogueira e do escultor Fernando Conduto.

O autor quis conservar o passado de um local que outrora foi área de quintas de recreio, com jardins à portuguesa que incluíam muitas vezes árvores de fruto.

Numa atmosfera leve e clara, Sá Nogueira desenhou em azulejos brancos, laranjas grandes e pequenas, inteiras ou cortadas ou ramos de laranjeira recheados de frutos.

ALTO DOS MOINHOS

O Alto dos Moinhos, estação inaugurada em 1988 tem traço arquitectónico de Ezequiel Nicolau e animação plástica do pintor Júlio Pomar.

Numa homenagem a quatro nomes da literatura portuguesa – Camões, Bocage, Pessoa e Almada Negreiros – Júlio Pomar desenha sobre azulejo branco diversas figuras destes escritores em traços leves, simples e soltos.

Nas palavras de João Castelo-Branco Pereira, a sua obra “Arte no Metropolitano de Lisboa”, “Pomar dá corpo a um Camões guerreiro e galante” e regista em Bocage o personagem “irreverente e sarcástico, narrador de histórias burlescas”.

Além de outras representações, três figuras de Fernando Pessoa sentam-se em simultâneo à mesma mesa de café, simbolizando os heterónimos em que o escritor se desmultiplicava. Almada Negreiros aparece na sua faceta de “cosmopolita, Arlequim dos seus desenhos, elegante cidadão, apaixonado do ver, observador sempre atento”.

No espaço agradável da estação do Alto dos Moinhos podemos ainda visitar um dos mais curiosos museus, o Museu da Música.

Os poetas portugueses no traço de Pomar, na Estação do Metro do Alto dos Moinhos



BIBLIOGRAFIA

- » FERREIRA, Godofredo, *O Convento de Santo António da Convalescença*, Lisboa, Soc. Astória Ld^a, 1962
- » FERREIRA, Jorge M. Rodrigues, *S. Domingos de Benfica. Roteiro*, Lisboa, Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, 1991
- » IGREJA DE N^a SR^a DO ROSÁRIO, Força Aérea Portuguesa, Lisboa, 2006
- » PEREIRA, Gabriel, *Pelos Subúrbios e Visinhanças de Lisboa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1910
- » PEREIRA, Gabriel, *S. Domingos de Benfica*, Lisboa, Oficina Typographica, 1905
- » PROENÇA, Pe Álvaro, *Benfica Através dos Tempos*, Lisboa, Ulmeiro, 2004
- » PROENÇA, Raúl, (dir.de) – *Guia de Portugal Lisboa e Arredores*, Lisboa, 1924
- » SANTA-BÁRBARA, Artur, *O Sítio de Bemfica e a Tradição Dominicana*, Lisboa, Paróquia de São Domingos de Benfica, 1998
- » VALE, Teresa Leonor M., *O Beau Séjour: uma quinta romântica de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992
- » VALE, Teresa Leonor M., *O Convento de S. Domingos de Benfica, D. João de Castro e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, 1996